



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0608/13	DATA: 28/05/2013
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 18h17min	DURAÇÃO: 02h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h59min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES

TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhores e Senhoras Senadoras presentes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública de 2013 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Sra. Miriam Aparecida Belchior, a quem está já compondo esta Mesa, que prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Anuncio também a presença da Sra. Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão também compondo esta Mesa.

Anuncio também a presença do Deputado Federal Danilo Forte do PMDB do Ceará, mui digníssimo Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nossa LDO, para 2014.

De acordo com o estabelecido no art. 398, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartada desde que o permita.

Conforme estipulado no mesmo artigo, no inciso X do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta com a secretária da Comissão, Dra. Socorro.

Passo a palavra, neste momento, com grande prazer, para a Ministra de Estado do Planejamento, Dr. Miriam Aparecida Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Boa tarde, Presidente, Senador Lobão Filho.

Mais uma vez, agradeço aqui a oportunidade de vir a esta Comissão apresentar seja a LDO, seja o orçamento... E também para outros debates que vim



aqui em várias ocasiões. V.Exa. acaba de assumir a presidência desta Comissão. Desejo-lhe sucesso nessa empreitada.

Queria cumprimentar o Deputado Federal, Danilo Forte, Relator do projeto de lei das diretrizes orçamentárias, meu ex-companheiro de governo, durante o governo do Presidente Lula. Conhecemo-nos já há bastante tempo.

Queria aqui agradecer a presença de cada um dos Senadores, Senadoras, Deputados Federais e Deputadas Federais que prestigiam essa minha presença aqui na CMO. E cumprimentar também a Dra. Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal, meu braço direito para todos os temas relativos ao orçamento; minha equipe do Ministério do Planejamento que aqui se encontra e também os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu vou aproveitar essa oportunidade de estar aqui na CMO para fazer uma apresentação, claro, das linhas gerais da lei de diretrizes orçamentárias, mas quero também aproveitar para fazer uma apresentação um pouco de como estamos nesses últimos anos no Brasil, as nossas perspectivas para 2013 que sem dúvida embasam as Diretrizes Orçamentárias de 2014.

Queria começar dizendo que nosso País vive um momento exitoso, um momento especial da nossa história fruto muito da capacidade de o nosso País voltar a pensar o futuro, fruto de uma política econômica que deixou de pensar exclusivamente nas crises, parou de pensar exclusivamente em como superar crises e passou a incorporar a busca do crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais no nosso País.

O Brasil aumentou sua capacidade de se proteger frente a choques externos e conseguimos enfrentar bem esses últimos anos de um contexto internacional bastante difícil e cheio de incertezas.

Como é que nós conseguimos fazer isso? Nós fizemos isso porque nós conseguimos, nesses últimos 10 anos, incorporar novos motores à nossa economia. Se a gente olhar, de maneira clara...

Tem uma planta na frente, é isso? Senador? Parece que tem uma planta na frente da tela, mas...

Acho que agora ficou melhor.



Nesses últimos 10 anos, com essa nossa maior capacidade de enfrentar a situação internacional, nós fomos capazes de desenvolver um novo modelo de desenvolvimento. Esse novo modelo tem, como está mostrado nessa tela, 4 peças, e não apenas uma, que é o que tínhamos em 2000.

Se pegarmos nossa economia em 2000, fundamentalmente era um país que crescia pouco e a nossa economia se centrava fundamentalmente nas exportações. A partir de 2005, se incorpora uma nova peça, um novo motor do nosso crescimento, que é o nosso mercado interno, a força do nosso mercado interno a partir da valorização do salário mínimo, das políticas de transferência de renda, maior formalização do mercado de trabalho, que levaram a esse fortalecimento do nosso mercado interno, que é muito invejado mundo afora, e que trouxe um novo elemento, a capacidade de consumir do brasileiro.

A terceira peça aparece em 2007, quando o Presidente Lula resolve lançar o PAC. Portanto, a peça do investimento como central para o nosso crescimento se incorpora às nossas políticas públicas. Em 2009, se fecha esse ciclo de 4 motores da nossa economia, com o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, que fortalece ainda mais o setor da construção civil, em especial o de produção de habitação para as famílias brasileiras.

Esse novo modelo de desenvolvimento traz esses resultados todos que nós vivemos hoje. Este novo momento não é só uma visão daqui de dentro, mas é uma visão também de quem está fora do nosso País. Não somos só nós brasileiros que achamos isso, mas também o País é percebido como um país de oportunidades.

Levantamento feito entre os COs dos principais, entre 1.330 COs mundiais, perguntados onde têm intenção de investir fora do seu País de origem, dão o Brasil como terceiro maior País onde se pretende investir, depois da China e dos Estados Unidos.

Esse novo modelo foi capaz de fazer uma coisa que nunca aconteceu no País, crescer reduzindo desigualdades. A gente saiu daquela história de “primeiro vamos crescer para depois dividir o bolo”. Nesses últimos 10 anos, o País cresceu dividindo o bolo simultaneamente.

Isso a gente vê nesse *slide*. Obrigada, Presidente. O PIB *per capita* cresceu nesse período 29%; e o Gini, índice que mede a desigualdade social no mundo



inteiro se reduziu de forma expressiva, que é a linha verde, e a linha do PIB *per capita*, que é a linha azul, mostrando esse crescimento com o crescimento da renda e com a redução das desigualdades.

Além disso, é importante a gente perceber como o investimento tornou-se um dos nossos grandes motores de crescimento. A gente fala muito a respeito do crescimento oriundo do consumo das famílias, do mercado interno, que, nesse gráfico, está representado pela linha verde. Temos um consistente crescimento, a contribuição do consumo das famílias do mercado interno para o crescimento do País, que é a linha verde que vai permanentemente crescendo.

Até o lançamento do PAC, em 2007, — dá para gente ver a bandeirinha ali — o investimento e o crescimento do consumo das famílias vinham andando mais ou menos juntos. A partir do PAC, há um descolamento. O crescimento do consumo das famílias cresce, mas o crescimento do investimento mais ainda, a não ser em 2009, quando foi natural o retraimento do setor privado. E isso foi possível a partir dos investimentos do setor público — o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, a exploração do pré-sal, os investimentos para a Copa e para a Olimpíada. E, com isso, o investimento tem crescido mais ou menos duas vezes o que tem crescido o PIB. Então, esse é um elemento muito importante. A gente pode ver no próximo *slide* esse crescimento do investimento público de 51%, desde o lançamento do PAC.

A área laranja representa os investimentos diretos da União. A área azul, mais escura embaixo, representa os investimentos de Estados e Municípios a partir de transferências da União, ou seja, recursos da União para Estados e Municípios fazerem investimentos — basicamente o PAC. Em verde, os recursos oriundos de Estados e Municípios, recursos próprios de Estados e Municípios para fazerem investimentos, e a área azul mais acima representa os investimentos das estatais.

Portanto, todo mundo aumentou os seus investimentos e nós conseguimos ter um crescimento de 51% do investimento público, desde o lançamento do PAC. E essa execução se reflete naturalmente no emprego. A linha vermelha aponta o crescimento do emprego no País. Todos sabemos que nós vivemos praticamente em pleno emprego. Temos, claro, que melhorar ainda a qualidade do emprego no País.



Ressalte-se que, desde 2007, desde o lançamento do PAC, enquanto o emprego cresceu em média no Brasil 133,5%, o emprego na área de infraestrutura cresceu 82%, quase três vezes o que cresceu a média geral de emprego no País, indicando bem que isso já é fruto dos investimentos que vêm sendo realizados no País.

Desde 2011, o Governo tem adotado conjuntos de medidas para acelerar o crescimento. Quero aqui destacar dois grandes conjuntos de medidas: um novo arranjo macroeconômico, com redução das taxas de juros, o aumento do crédito e a redução dos *spreads* bancários, com a liderança dos bancos públicos, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES; as desonerações tributárias, que este Congresso Nacional tem analisado com bastante presteza e cuidado, e a manutenção do câmbio em patamares mais competitivos e com menor volatilidade. Isso tudo para criar um ambiente mais propício ao investimento.

E, além disso, a continuidade dos investimentos em infraestrutura com o PAC, com o Minha Casa, Minha Vida, com o programa de investimentos em logística, que a Presidenta Dilma Rousseff lançou durante todo o segundo semestre do ano passado, um programa de parceria com o setor privado para as concessões nas áreas de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, e os novos marcos regulatórios que também têm sido enviados ao Congresso Nacional para apreciação.

Para aumentar a competitividade da nossa economia, garantindo maior investimento e crescimento sustentado, o Governo tem feito desonerações tributárias com foco no investimento e na produção.

Em 2012, tivemos 44,5 bilhões de desonerações: 42% como investimento, ao investimento, 41% para a produção; e 17,5% para os demais.

Neste ano de 2013 serão 72 bilhões e no ano de 2014 a previsão é de 91,5 bilhões de reais de desoneração, parte delas foi votada hoje de manhã pela Câmara dos Deputados.

Com todas essas medidas, a economia já aponta claros sinais de aceleração. O crescimento do segundo semestre de 2012 foi quase do dobro do primeiro semestre de 2012. Essa trajetória está se mantendo em 2013 não só na avaliação do Governo, mas também nas análises dos analistas e consultores do mercado.



Com essa aceleração, que a gente já identifica desde o segundo semestre do ano passado, consideramos que o mercado de trabalho continuará forte, com baixo desemprego, como se vê na curva apresentada. No Brasil, o desemprego é de 5,4; enquanto nos Estados Unidos é em torno de 8%; na zona do euro é em torno de 10%; e na Espanha é de cerca de 25%. Então, é uma situação bastante propícia para todos os brasileiros.

Simultaneamente, além do baixo desemprego, estamos vendo o rendimento real do trabalhador numa trajetória também de crescimento consistente. Isso é fruto da política aprovada pelo Congresso de valorização do salário mínimo e do esforço permanente do Governo de controle da inflação.

Com esses dois movimentos, redução do desemprego e aumento da renda média do trabalhador, temos um forte aumento da massa salarial, outro resultado da ação inclusiva dos Governos Lula e Dilma Rousseff.

Com essa massa salarial crescente e com a redução de juros, cada vez mais no País se amplia o crédito de maneira saudável, com a supervisão muito atenta da autoridade monetária. Por fim, mais emprego, mais renda, mais vendas no comércio.

Aqui é o aumento nos últimos dois meses de 7% para o comércio ampliado e 6,8 para o comércio varejista.

Além disso, o ano de 2013 nos traz outro elemento importante para garantir o crescimento, que é a previsão de uma safra recorde no País, o aumento de 14% em relação a 2012, também, acredito, fruto do apoio importante do Governo através do crédito agrícola. Na próxima semana, nossa Presidenta deve estar anunciando o Plano Safra do agronegócio e da agricultura familiar. De novo, ampliando o crédito para alavancar esse setor importante da nossa economia — e importante também para o controle da inflação.

Falei um pouco do mercado interno. Agora vou falar do investimento. Ao contrário do que alguns insistem em dizer, o PAC tem uma execução bastante elevada. Até o *Contas Abertas* fez matéria dizendo que o PAC está quebrando recorde. Antes tarde...

No PAC 1, quando tínhamos 657 bilhões de reais previstos até 2010, executamos 94,1% desses recursos.



Quero lembrar que esses 94% não são empenhos, são pagamentos realizados.

Além disso, no PAC 2, para quase 1 trilhão de reais previstos, até dezembro do ano passado executamos 48% dos recursos previstos, o que é mais ou menos a metade dos recursos na metade do tempo de execução do PAC até 2014, bastante significativo, especialmente tendo em vista que estamos em um novo ciclo de investimento e uma série de obras estavam ainda em fase de projeto, de licenciamento e licitação.

Como já disse antes, associados ao PAC estão previstos os investimentos do chamado Programa Integrado de Logística — PIL para as concessões no setor privado.

Em 2012, como já disse, a Presidente lançou esse grande plano, ousado plano de infraestrutura no País. E aqui a gente tem a previsão, para cada ano, de execução de investimentos no País. A partir do ano que vem, 43 bilhões; 61, em 2015; 64, em 2016; e assim por diante. Separados, os senhores podem ver no material distribuído, para cada uma das áreas — rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc.

Repetindo anos anteriores, na nossa avaliação o grande motor da economia será o investimento. Estamos mostrando sempre o investimento em verde, bem maior, como eu disse; o dobro do crescimento do PIB; em vermelho ou laranja; e a nossa previsão para esse ano é de um crescimento do investimento de cerca de 6% *versus* 3,5% previstos para o PIB.

Isso é fruto de uma série de medidas, além do investimento público, para alavancar o investimento privado, os regimes especiais de tributação — REIDI, REPORTO, REPETRO —, os instrumentos de financiamento dos investimentos, as debêntures, LCI, CRI e a AGBF, para também garantir e assegurar a realização desse investimentos, o que indica, com clareza, a prioridade absoluta que nossa Presidenta está dando ao crescimento do investimento no País como um dos principais motores da nossa economia.

Hoje temos vários indicadores de que a economia está se acelerando. A produção industrial cresceu 3,3% no primeiro trimestre de 2013, com ênfase nos



bens de capital, que cresceram 9,8% no primeiro trimestre, o que garantirá — acreditamos — crescimento em torno de 3,5% do PIB.

Além disso, o controle da inflação é um compromisso absoluto da Presidente e de toda sua equipe de Governo. Ela é fundamental para a manutenção do crescimento do País e para a preservação das conquistas sociais desse novo modelo de desenvolvimento brasileiro.

Nos últimos 9 anos, a inflação sempre esteve — nunca ultrapassou — o limite, o intervalo definido pelo CMN, Conselho Monetário Nacional. Como já foi bastante debatido, se retirássemos o choque de alimentos ocorrido nos preços durante o ano passado, em vez de uma inflação de seis e um pouco mais, teríamos uma inflação de 4,7, muito próximos do centro da meta. Portanto, essa também é uma avaliação de que a inflação cederá nos próximos meses. De qualquer forma, o Governo está absolutamente atento em relação a essa questão.

Em relação aos elementos relativos à Lei de Diretrizes Orçamentárias, aqui estão apresentados os principais parâmetros estabelecidos no projeto enviado ao Congresso Nacional, com o crescimento do PIB previsto, de 4,5%, IPCA também de 4,5%, um salário mínimo de 719 reais e 48 centavos e uma taxa de câmbio de 2 reais e 4 centavos.

A meta de superávit está fixada no projeto de lei, em termos nominais, no valor de 167,4 bilhões de reais, sendo 116,1 do governo central e 51,2 de Estados e Municípios.

Além disso, a lei prevê, como diz aqui a palavra, a possibilidade de abatimento do PAC e de desonerações de tributos num montante de até 77 bilhões, agora no ano de 2013 são 65 bilhões que este Congresso Nacional já aprovou e repete uma normativa que este Congresso está analisando, que é a dispensa de compensar os resultados, a menor, de Estados e Municípios.

Com esses parâmetros e com o superávit previsto, nós vamos manter a solidez fiscal que a gente vem mantendo nesses últimos 10 anos e aqui um dos elementos que expressam essa solidez fiscal é a trajetória declinante da dívida, que é a base de sustentação do nosso crescimento e um compromisso do qual o Governo não abre mão. A gente saiu de 60%, em 2002, com uma previsão para o ano que vem de 30,9% conforme está na LDO.



Além disso, esse compromisso com a solidez fiscal também se expressa nas grandes despesas do Governo. Aqui a despesa com os juros da dívida, também declinante, em função bastante inclusive por causa da nossa solidez fiscal e da redução da taxa de juros, mas também a manutenção, a despesa com pessoal controlada, como a gente pode ver aqui, em percentual do PIB, a despesa de pessoal, uma das maiores que a gente tem, bastante estável.

A despesa previdenciária é também outra grande despesa do Governo, com uma redução cada vez maior do déficit da Previdência, como está aí nessa linha vermelha.

Além disso, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece como prioridades o Plano Brasil sem Miséria, de erradicação da miséria absoluta no País, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e o Programa Minha Casa Minha Vida.

Como estabelece a Constituição, a LDO deve estabelecer em que condições pode ser executado o Orçamento, caso não haja a sua sanção até 31 de dezembro do ano que o antecede.

Aqui, para o Governo, é meramente uma regra que a gente nunca quer usar. Nós sempre preferimos e o Congresso tem trabalhado dessa forma. No ano passado, estava tudo pronto para ser votado ainda em dezembro, antes do recesso, mas houve um problema e não pode ser votado.

Então, para essa regra de antevigência do Orçamento, caso ele não seja sancionado até 31 de dezembro, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê a liberação de 100% das dotações, no caso das despesas obrigatórias, bolsas de estudo, ações de prevenção a desastres, financiamento a estudante, formação de estoque público, aplicação mínima em saúde, investimentos do PAC e investimentos das empresas estatais.

Aqui a gente agrega, em relação a anos anteriores, a aplicação mínima em saúde e aos investimentos do PAC das estatais, porque eu acho que há um consenso na sociedade brasileira da importância dos investimentos em saúde e dos investimentos em infraestrutura.

Por isso, dado esse consenso, nós acreditamos que seria importante, apenas no caso do Orçamento não conseguir ser aprovado até o prazo, que haja essa



liberação. Além disso, que as demais despesas de custeio e de investimento possa ser executada em duodécimo.

Além disso, a questão de custo de obras e serviços de engenharia foi regulamentada pelo Executivo por um decreto da nossa Presidenta, no último dia 9 de abril, que para nós é um elemento muito importante para dar estabilidade jurídica, maior garantia jurídica, seja para o setor público seja para as empresas que prestam serviços ao Governo.

A Lei de Diretrizes Orçamentária é anual e por isso está sempre sujeita à mudança, o que gera, do nosso ponto de vista, uma instabilidade que se resolve com uma legislação mais estável, como um decreto da Presidenta.

Outras inovações ainda da LDO é a eliminação de um artigo. É um trabalho que a gente vem fazendo nos últimos anos. A Dra. Célia tem conduzido isso. De fato é dar à LDO a sua função, a sua essência, a sua função precípua que é diretrizes orçamentárias e por isso agora estamos retirando um artigo que está em duplicidade com a lei de acesso à informação, aprovada por esse Congresso, que nos parece mais adequado estar lá na lei de acesso de informação e não na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que também muda todo ano.

Além disso, também, nós incluímos a possibilidade de utilização das dotações do projeto de lei orçamentária para dar início ao processo interno de preparação da licitação dos órgãos. Só com a aprovação do Orçamento é que a licitação iria para rua, mas isso permitiria que os órgãos já se preparassem toda a documentação necessária para que assim que o Orçamento fosse aprovado no ano respectivo, a licitação pudesse ir mais rapidamente para rua, para que pudesse melhorar a agilidade da execução orçamentária federal.

Com isso eu encerro.

Agradeço a presença de todos.

Coloco-me à disposição para quaisquer perguntas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Ministra Miriam Belchior.

Dando prosseguimento a esta audiência pública, eu passo a palavra ao Relator da LDO, Deputado Danilo Fortes.



O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras e Srs. Senadores, quero parabenizar a Ministra Miriam Belchior, minha companheira de caminhada, desenvolvimentista, que é bom que se saiba, nós passamos um grande período da nossa história no Brasil, no Ministério do Planejamento, a comando dos monetaristas, e isso (*ininteligível*) dificuldade muito grande de uma distância maior ainda do investimento.

A realidade brasileira tem mudado nos últimos 10 anos graças ao Governo do presidente Lula e da Presidenta Dilma que tem dado continuidade a esse programa de investimento.

Mas esta Comissão tem a tarefa exatamente de buscar melhorar todos os projetos de lei da parte orçamentária que aqui adentram neste Congresso Nacional.

É tarefa nossa debatermos, ir à exaustão no debate, buscarmos compreender as demandas, as necessidades do povo brasileiro com relação a esses investimentos e buscar dentro do conteúdo, da capacidade fiscal e financeira do Estado os investimentos necessários exatamente para que a gente alavanque, agilize dê velocidade a esses investimentos tão necessários num País carente de infraestrutura de logística e com grandes demandas de dimensões continentais. Uma diversidade muito grande e que alcançou um patamar de hoje ser reconhecidamente uma economia estável no mundo, a sexta economia o mundo, mas ao mesmo tempo com bolsões de pobreza que a gente precisa erradicar, que é inclusive o discurso prioritário da Presidente Dilma, a miséria no nosso País.

O nosso País, apesar de todo o crescimento e desenvolvimento, infelizmente ainda tem 15,6 milhões de miseráveis que vivem com menos de 3 reais por dia. E ainda tem as questões climáticas adversas. Inclusive do meu Estado, o Ceará, que impede haja uma equalização no equilíbrio regional do País.

O Nordeste brasileiro tem um terço da população do País e responde por apenas 14% da produção do PIB nacional. E essas desigualdades precisam de investimentos, de uma postura de Governo capaz de induzir essa aproximação de crescimento entre as diversas regiões nacionais.

Então, a gente fez questão, e aqui agradeço a Ministra Miriam Belchior por sua presença, de iniciar esse processo de discussão da LDO exatamente vendo



como o Governo preparou essa Lei de Diretrizes Orçamentárias para que ela tenha o berço necessário à preparação a Lei Orçamentária Anual — LOA, de 2014, um ano muito importante dentro desse primeiro ciclo do Governo da Presidenta Dilma e ao mesmo tempo entendendo o momento que nós vivemos.

Existem várias preocupações por todos nós Parlamentares com relação a diversos pontos aqui abordados pela Ministra Miriam Belchior. E era interessante que a gente já buscasse construir um balizamento, um nivelamento, porque há muita cobrança na Casa com relação à execução orçamentária. É inegável que houve um crescimento de investimento no País, é real; é inegável que nós alcançamos um nível de pleno emprego, é real. Mas ao mesmo tempo nós temos obras estruturantes que foram anunciadas à Nação e que andam com uma velocidade muito aquém da necessidade do momento e da demanda necessária para que o País continue avançando.

Cito dois exemplos da minha região: a Transnordestina e a transposição do São Francisco.

A Transnordestina no Ceará virou uma lenda, ela está parada há mais de dois anos; e a transposição do São Francisco, dos três trechos, apenas um foi retomado agora no começo do ano com apenas 180 funcionários, um trecho que comporia uma força de trabalho de quase 3 mil homens.

Isso mostra uma preocupação nossa com relação à questão a execução. E como a execução é fundamental dentro de uma previsão orçamentária, era importante a gente procurar saber se também... Nós não podemos avançar na questão do parâmetro de controle do aumento das despesas correntes com relação à cobrança. Se nós temos investimentos, se o Governo assinou o convênio e se há uma execução das obras, nós temos também que cobrar dos gestores essa execução com relação a esse investimento que precisa ser feito.

Outra questão que também nos preocupa muito, e que eu vivi particularmente, a Ministra Miriam, na época, era nossa coordenadora no Conselho do G-PAC, e eu estava na Presidência da Fundação nacional de Saúde, é o famoso restos a pagar. Nós temos um resto a pagar que cada vez mais compete com o Orçamento do ano em exercício. Nós temos um resto a pagar crescente, já se fala



em algo em torno de 176 bilhões de reais, e nós temos todos esses programas para serem executados. Então, nós temos necessidade financeira para o ano em curso.

Como é que o Governo está entendendo esse equilíbrio entre o saldo de dívidas, de compromissos assumidos anteriormente e como é que nós vamos conseguir, apesar da do ponto de vista de crescimento da arrecadação, contabilizar essa dívida de investimento com o Orçamento presente?

O terceiro ponto importante também, que está também colocado aqui no nosso dia a dia, é a questão das áreas que são importantes para o País, mas que não está no abrigo do guarda-chuva do PAC nem do programa Brasil sem Miséria. São dois grandes programas importantes. Nós apoiamos a todo momento, inclusive me orgulho muito de ter participado da elaboração do G-PAC na época da FUNASA, mas nós temos áreas do País hoje, o País que quer ser o maior produtor de alimentos do mundo, e nós não temos o PAC da agricultura. Então, é uma força importante na economia nacional, porque segurou e tem segurado a nossa bolsa de comércio internacional, que é exatamente na agricultura que o País tem conseguido equilibrar essa balança comercial.

Outro ponto importante, muito próximo a nós, e agora com esses grandes eventos que o Brasil faz parte — Copa do Mundo, Olimpíadas, Jornada Mundial da Juventude, o nosso Ministério do Turismo também não é abrigado por uma política de PAC. E aí o Orçamento, inclusive, foi o que teve o maior contingenciamento, no Orçamento de 2013. Isso tem gerado muitos questionamentos na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional com relação como é que nós poderemos avançar no que diz respeito ao turismo internacional, inclusive hoje a balança comercial do turismo é muito desfavorável ao Brasil e a gente precisa alavancar esses investimentos.

E como a gente poderia fazer também esse debate para inclusão de outros setores que precisam ser também aquinhoadas com a política de investimento mais próxima dos programas centrais do Governo e com maior disponibilidade orçamentária?

Outra questão que nos diz respeito e que também está sendo colocada é a questão desse decreto com relação à planilha de preço. Há um questionamento jurídico, que a Ministra Miriam tem essa preocupação, que é dar estabilidade ao



processo de execução as obras, mas nós temos vivido aqui um questionamento muito grande se esse decreto precisa ser transformado em projeto de lei para ter força de lei, porque na abrangência de decreto ele não pode ir além do Poder Executivo, não podendo interagir com as execuções, seja a nível de Legislativo e seja a nível de Judiciário, e também podendo ampliar ou não os questionamentos, principalmente com os normativos legais, porque aí um projeto de lei tem uma força superior a um decreto presidencial.

A gente precisa equalizar juridicamente essa questão até para dar um conforto maior a essa execução como também V.Exa. apresentou.

E por último, eu não poderia me negar a fazer esse questionamento, porque há minutos, antes de V.Exa. chegar a esta Comissão, ela quase se transformou numa Faixa de Gaza, porque hoje a discussão aqui quentíssima é a questão do orçamento impositivo para as emendas parlamentares. É um debate que vai permear todo este ano da execução orçamentária de 2013, com a perspectiva de 2014. É um compromisso com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves de colocar em votação. E a Câmara dos Deputados quer ter um entendimento também de como o Governo baliza, entende, como é que a gente pode avançar ou não, inclusive porque do ponto de vista político há também uma defesa importante, que é o que vai dar autonomia inclusive à Casa no que diz respeito à própria tramitação de matéria, porque nós muitas vezes somos achincalhados em véspera de votação importante, como se aqui fosse casa de negócio, de moeda de troca, de balcão. Enfim, dá um papel pejorativo a um poder tão importante da Nação, que é o Poder Legislativo, que precisa ter autonomia, para poder ter uma harmonização maior com os outros Poderes, Executivo e Judiciário, no mesmo nível de tratamento e de respeito.

E a questão da negociação com relação à liberação de emendas sempre macula a imagem do Poder Legislativo com relação a isso.

Então, seriam esses os questionamentos que a gente está fazendo. Temos a perspectiva de ampliar esse debate. Inclusive a gente já está discutindo com o Presidente da Comissão e com a Comissão um cronograma de audiências públicas em outros Estados, em outras regiões para enriquecer ainda mais os debate e vamos cumprir o cronograma, se Deus quiser. Até o recesso nós vamos estar com



esse projeto de lei de diretrizes orçamentária votado inclusive no Congresso Nacional.

Obrigada, a Ministra Miriam Belchior pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte, Relator da LDO.

Com o beneplácito deste plenário eu sugeriria que nós encaminhássemos esta audiência pública da seguinte forma: a Ministra responde diretamente ao Relator, devido à importância do trabalho dele, logo após passaremos a ordem dos inscritos. Eu faria blocos de três para Ministra poder responder e podermos dar vazão a esse número de inscritos que nós temos aqui.

Então, com o apoio do Plenário eu passaria a palavra agora a Ministra Miriam Belchior.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, qual a ordem dos inscrito, se V.Exa. puder esclarecer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Sim.

Senador Eduardo Suplicy, Deputado Efraim Filho, Deputado Júlio Cesar, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Severino Ninho, Deputado Bohn Gass, Deputado Afonso Florence, Deputado José Rocha, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra a Ministra Miriam Belchior.

A SRA. MINSITRA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Obrigada, Presidente. Meu caro Deputado Danilo Forte, acredito que temos muitos pontos em comum e o senhor citou aqui a preocupação em relação ao andamento de obras importantes para o Nordeste brasileiro. Uma porque tem... As duas representam importante investimento do Governo Federal para reduzir a distância do Nordeste, como o senhor falou, em relação ao País.

Felizmente, nesses últimos 10 anos, o Nordeste tem crescido mais do que o Brasil. E isso trouxe uma inversão nos fluxos tracionais que nós vimos nas nossas infâncias, o senhor lá no Nordeste e eu lá em São Paulo, que era a saída do



nordestino para o Sul Maravilha. Agora é o contrário, os nordestinos estão saindo do Sul Maravilha e voltando para o maravilhoso Nordeste.

Quero que a sua preocupação com essas duas obras, que elas têm esse foco eminentemente de desenvolvimento regional, e, no caso do São Francisco, também de levar a água a 12 milhões de brasileiros que têm difícil acesso à água, nós, o Ministro Fernando Bezerra já esteve aqui dando esses esclarecimentos, nós tivemos durante o ano passado um momento de transição. Tivemos que relimitar um conjunto grande de remanescentes de obras. Hoje nós já temos 3.500 trabalhadores nos dois eixos, até julho ultrapassaremos 5 mil trabalhadores. E, já em 2014, teremos água chegando em uma parte do Canal Norte e em uma parte do Canal Leste. E durante o ano de 2015 isso deve se complementar, juntamente com as várias outras obras que serão complementares ao eixo de São Francisco para levar para dentro de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará a água que será transposta.

Da mesma maneira a Transnordestina. O Governador Cid Gomes avançou bastante as desapropriações em todo o trecho do Ceará. E nós esperamos que as negociações que a Transnordestina já está fazendo com as construtoras resultem em um início rápido de obras, que poderá ser feito de maneira mais ágil exatamente porque o Governador Cid Gomes, a quem coube a responsabilidade de fazer os processos de desapropriação com recursos federais, a gente tenha um caminho livre para execução da obra sem dificuldades.

Em relação ao RAP, queria dizer que 70% do nosso RAP é de investimento, não de custeio. Acredito que isso dá bem uma noção de por que a gente tem tanto RAP. Por que começo a aumentar o RAP? Porque aumentaram os investimentos públicos no País, que tem uma característica plurianual. Então, acredito que esse é o fato mais importante.

E o senhor sabe que todo dia 30 de junho a gente diz que faz uma limpeza no RAP. Exatamente para retirar aquelas dotações que não precisam mais ficar reservadas para a execução que estava inicialmente prevista.

No que se refere ao investimento, esse RAP será mantido, porque é exatamente para garantir a realização dessas obras. Só para pegar o caso do São Francisco, nós temos certamente mais do que 1 bilhão de RAP para essa obra,



exatamente para garantir o andamento mais célere que ela terá durante o ano de 2013 e durante o ano de 2014.

Com relação a outras prioridades...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Desculpe-me, Restos a Pagar. Peço desculpas, Senador. Como o Deputado também tratou de RAP, eu entrei aqui no automático. Obrigada, Senador.

O Relator também colocou aqui alguns outros temas que são importantes. E eu queria dizer ao senhor que nós cravamos na LDO as principais prioridades. Não quer dizer que essas são as únicas prioridades da nossa Presidenta. Mas, quando a gente põe uma lista muito grande significa que você não tem prioridades de fato. E essas *(falha na gravação)* os investimentos do PAC e do Minha Casa, Minha Vida. E todas as ações, investimentos e custeio, relacionadas ao Brasil Sem Miséria são as grandes prioridades da nossa Presidenta.

No entanto, peço para o senhor aguardar um pouco até a semana que vem, com o Plano Safra virão uma série de outras medidas, exatamente para alavancar ainda mais o setor da agricultura no País. Especialmente o relacionado à armazenagem dos grãos, dos produtos, enfim, em todo País, que nos parece um elemento muito importante.

Agora quero lembrar que quando gente melhora as nossas rodovias, quando a gente começa a implantar ferrovia e mexe nos portos, certamente também estamos ajudando o setor da agricultura no País. Isso nos permitirá produzir e exportar esses produtos de maneira mais competitiva ainda do que fazemos hoje.

Então, solicito esperar até semana que vem, acho que uma parte das suas preocupações será respondida pelos planos que a Presidenta anuncia na próxima semana.

Da mesma maneira em relação ao turismo. Nós acabamos de fechar com o turismo um montante muito grande de recursos, quase 700 milhões, mas bastante focados, para centros de convenção em todo o País. Exatamente para alavancar as oportunidades que o senhor colocou aqui de investimentos para turismo de negócios e para trazer turistas do exterior. E também para as convenções nacionais aí. São



quase 700 milhões de reais voltados para outros grandes eventos que se realizam no Brasil.

O País já andou muito, não estou lembrando a posição, mas estávamos lá embaixo na organização de eventos internacionais, e crescemos exponencialmente nos últimos anos. Acredito que um dos fatores, é claro, é a visão que se tem do Brasil hoje no mundo e também pelo fato de termos uma equipe no Ministério do Turismo, na EMBRATUR, voltada exclusivamente para garantir condições de atração desse tipo de evento.

Em relação ao decreto de custos, primeiro acho que o senhor entendeu bem o espírito de que nós tenhamos transformado isso em um decreto, que é da estabilidade à regra. A LDO pode mudar todo ano e isso gera uma instabilidade para quem se relaciona com o Governo. Nós temos o entendimento de que o decreto é suficiente.

Quero lembrar que, inclusive, no caso do Judiciário é uma resolução do CNJ que estabelece isso. Digamos assim, é o equivalente a um decreto da Presidenta. Então, nós temos clareza disso. A redação do decreto é praticamente idêntica ao que estava na LDO deste ano. Mas podemos discutir se vale a pena e o que vale a pena transformar em lei, mas não por dentro da LDO, por essa questão de ela ser anual.

Por fim, o tema mais *caliente*, que é a questão do Orçamento impositivo. Eu queria dizer aos senhores que hoje a maior parte do Orçamento já é impositiva. Nós temos 88,4% do Orçamento já vinculado. Ou seja, nós temos uma parte bastante pequena, 11% do Orçamento, que é discricionário. Esse eu acho que é um dado importante a gente colocar na discussão.

Nós do Governo temos uma avaliação de que, pelo menos a área jurídica do Governo, poderia haver problemas de inconstitucionalidade em uma proposta de alteração da Constituição. Acho que esse é um debate que está começando, foi criada uma Comissão específica para isso pelo Presidente da Câmara. E acho que isso precisa ser debatido, mais do que tudo, de maneira serena, e não em uma Faixa de Gaza, como o senhor disse aqui, de maneira serena. E é importante saber que isso não se restringe aqui ao nível federal. É uma regra que valeria também



para Estados e Municípios. E uma questão que nos preocupa de maneira especial é, para um Orçamento que já tem 88% de, digamos assim, vinculações

O ideal é, para um Orçamento que já tem 88% de, digamos assim, vinculações, gerar um engessamento ainda maior do Orçamento e que não se permitam ajustes em momentos em que os ajustes são necessários.

Então, eu acho que este é o bom debate que gostaríamos de fazer, quando somos chamados a nos posicionar sobre esse tema, como o senhor fez agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra.

Dando início aos inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Presidente, Senador Lobão Filho; Senhor orador, Deputado Danilo Forte; querida Ministra Miriam Belchior, do Orçamento, Planejamento e Gestão; Sra. Célia Corrêa, Secretária do Orçamento.

Ministra Miriam Belchior, há exatamente 10 anos, V.Exa., na Casa Civil, como uma das principais Assessoras do Presidente Lula, teve um papel fundamental ao fazer parte do grupo de trabalho interministerial, que envolvia diversos Ministérios, entre os quais, o hoje de Desenvolvimento Social. Estavam lá Ana Fonseca, o Ministro José Graziano da Silva e toda a equipe.

Algumas vezes, dialoguei com V.Exa. a respeito do que estava para acontecer. Naquele semestre, fevereiro ou março, o Presidente Lula lançou o Fome Zero, com o Cartão Alimentação. Mas a partir da reflexão que fez aquele grupo de trabalho, da qual V.Exa. participou, houve a decisão de unificar e racionalizar programas de transferência de renda, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o próprio Cartão Alimentação e para, gradualmente, também incluir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - o PET.

Em outubro de 2003, houve a decisão da criação do Bolsa Família, então por medida provisória. Em dezembro de 2003, 3,5 milhões de famílias estavam já inscritas. E isso teve uma evolução notável. Considero V.Exa. como uma das responsáveis pela decisão sábia acontecida.

E a evolução daquilo que V.Exa. nos mostra, a compatibilidade do crescimento do PIB, do PIB *per capita* e a diminuição da pobreza extrema,



acompanhados da diminuição do coeficiente Gini de desigualdade... Sugiro que coloque os números certos, porque, na verdade, em 2001, em vez de 0,56, estava em 0,594; 2002, 5,0587; em 2012, o último disponível, 0,519. O importante, graças ao trabalhos de V.Exa. e de toda a equipe da Presidenta Dilma, ano a ano, todos os anos, é que diminuiu o coeficiente Gini e com uma tendência muito positiva.

E se, ao final dos anos 90, nós éramos com mais de 0,60, 0,601, um dos três mais desiguais do mundo, hoje, melhoramos muito. Mas ainda somos o 16º mais desigual, portanto, temos muito o que caminhar.

V.Exa. acompanhou, portanto, de perto quando o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o programa Bolsa Família, com resultados tão significativos.

Às vezes, surge um problema, como na semana passada, que preocupou muitos, mas se nota quão importante é, inclusive, para aquelas milhares de famílias que acorreram à Caixa Econômica Federal, nas mais diversas sedes e caixas automáticos, para ver quão importante para elas esse programa, para as mães, sobretudo, para muitas chefes de família. A elas normalmente é que se atribui a titularidade do Cartão Bolsa Família.

É importante notar que, assim como os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, também o Renda Mínima, Social e Educação e demais foram aprovados por todos os partidos, nos anos 90, nesta Casa, e também o programa Bolsa Família, ao ser transformado de medida provisória em lei, foi aprovado por todos os partidos. Então, há um consenso importante. O Presidente Lobão Filho há de registrar esse aspecto.

Mas V.Exa. também sabe que, às vésperas daquela data, em 08 de janeiro de 2004, o Presidente Lula sancionou, com a recomendação do então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que lhe disse: *“Como é para ser instituído por etapas, é factível, pode sancionar”*. E o Presidente Lula sancionou a lei que instituiu a renda básica de cidadania, que um dia poderá e deverá acontecer pela lei em nosso País.

Quero lhe dizer que, ainda na última segunda-feira, estive na Secretaria da Receita Federal, no Ministério da Fazenda, em São Paulo, onde, por organização da Escola Superior de Administração Fazendária, para cerca de 400 servidores da Receita Federal e professoras e professores da rede pública municipal e estadual de



São Paulo, o Profº Paul Singer fez uma palestra na primeira parte da manhã sobre a economia solidária. E eu cheguei lá para, em seguida, fazer uma palestra sobre o que é a renda básica de cidadania, que V.Exa. conhece.

O Profº Paul Singer, brilhantemente, deu uma aula maravilhosa — foi aplaudido de pé — sobre toda a evolução de como o Governo Lula, o Governo da Presidenta Dilma têm dado apoio à economia solidária, às cooperativas que se formam por toda a parte. Mas ele fez uma referência à importância dos programas de transferência de renda, do Bolsa Família, e da perspectiva da renda básica de cidadania. A certa altura, ele citou: *“Eu até gostaria de ter feito, de ser parte da Comissão que vai pensar em como se fará a implementação da renda básica de cidadania, qual seja, uma possível transição do programa Bolsa Família para o direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de participarmos todos da riqueza de nossa Nação, através de uma renda que, na medida do possível, um dia, com o progresso da Nação, será suficiente para as necessidades vitais de cada um”*.

Eu quero lhe fazer uma sugestão. Se V.Exa. achar adequado, que possa propor à Presidenta Dilma, quem sabe, inclusive, com a participação do Profº Paulo Singer, de pessoas como a Sra. Célia Corrêa e outros. V.Exa. saberá muito bem. Com pessoas que poderão pensar e, quem sabe, seja formada uma Comissão para que, no prazo previsível pela Ministra de Orçamento, Planejamento e Gestão, se possa pensar nessa meta. É a sugestão que eu formulo.

E a cumprimento por esse resultado tão belo, para o qual V.Exa. contribuiu tão significativamente. E eu sou testemunha de perto das decisões e das reflexões que foram efetivadas à época, inclusive, muito interagi com Patrus Ananias, com Ana Fonseca, sobre tudo isso que hoje é apresentado como um passo tão significativo e exemplo do Brasil para outras nações, que olham o Brasil como um farol onde muito se tem de aprender.

Parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Eu pediria a gentileza dos meus colegas — apesar do nosso desejo intrínseco de interagir com essa importante Ministra, ainda temos 10 Parlamentares



inscritos — para que pudessem se ater ao que o Regimento prediz — até 5 minutos —, para que todos possam ter oportunidade de fazer suas indagações à Ministra.

Peço também à Ministra, gentilmente, que seja sucinta em suas respostas.

Passo a palavra ao Deputado Efraim Filho, para que possa fazer suas indagações.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, atendendo ao vosso apelo, procurarei me cingir ao tempo regimental de 5 minutos, especialmente após o segundo palestrante do dia, o nosso querido Senador Eduardo Suplicy, ter feio aqui uma brava exposição de todos os argumento que S.Exa. queria expor, mas às 4h24 pretendo cumprir.

Ministra, com muito prazer, recebemos aqui V.Exa. Eu vou procurar me cingir a um argumento de ordem política, um argumento de ordem técnica e ao final farei um apelo a V.Sa.

Primeiramente, sobre o RAP, sou autor de um requerimento de audiência pública aqui, que trata dos restos a pagar. Acho que a presença de V.Exa. aqui pode inclusive fazer com que esse requerimento seja prejudicado, caso as respostas venham abrandar as nossas dúvidas, que são principalmente quanto aos restos a pagar, especialmente nos investimentos, não processados, que foram conveniados, contratados e não estão processados, simplificando a linguagem, são aqueles que ainda não entraram em execução. Normalmente, porque não houve a primeira medição e principalmente porque estão empacados na Caixa Econômica, fruto da dificuldade na análise de projetos, licenças ambientais ou temas referentes à posse de áreas. Então, se a decisão do Ministério for pela prorrogação desses recursos não processados e com a prorrogação do Decreto nº 93.872, de 1986, que é exatamente o tema da audiência pública... De repente, se a palavra da Sra. Ministra, for benevolente e atender as expectativas da Casa, tornará esse requerimento prejudicado por ser desnecessário.

O segundo argumento, Sra. Ministra, é de ordem técnica. A nossa maior dúvida — e vou me fulcrar no que é realmente crucial — é a respeito da LDO: a questão dos expurgos da meta de superávit primário versus austeridade fiscal, quando o Governo se desobriga do cumprimento da meta de superávit primário para o setor público consolidado, não financeiro, tornando a sua compensação uma mera



faculdade, ou seja, o Governo já trata a sua meta como sendo só uma mera faculdade. Eu acho que isso é muito difícil. Quando temos uma meta que pede que os Estados e os Municípios tenham também a obrigação de atingir o superávit primário, e o Governo Federal, caso não seja atingida essa meta, tem a obrigação de compensá-los, como está acontecendo este ano, fica realmente uma faculdade como se dissesse se der, deu, se não der, nós não temos o que fazer, infelizmente, a responsabilidade fiscal não foi cumprida. Então, eu acredito — e isso foi tema de debate nesta Comissão — que é uma das modificações extremamente nocivas para o conceito de responsabilidade fiscal. Ela tem um fundamento: garantir a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. As desonerações tributárias hoje podem ser abatidas da meta do Governo Federal, enquanto Estados e Municípios são compelidos a cumprir a meta cheia, mesmo com as desonerações sendo promovidas pelo próprio Governo Federal. E todos sabemos que impactam a receita dos Estados e Municípios.

Então, realmente, gostaríamos de ter a posição de V.Exa. sobre essa modificação na LDO, que, ao nosso entender, transforma a meta em uma mera faculdade, o que não se coaduna com os princípios de responsabilidade fiscal que imaginamos que o nosso Brasil deva prosseguir.

Por último, Ministra, tendo feito esse argumento político e esse argumento técnico, permita-me fazer um apelo. Eu vi V.Exa. falando sobre a questão da transposição. Sou paraibano, então, tenho extremo interesse na obra. Esperamos que a meta, hoje, já alavancada para 2015 possa ser cumprida. Vivemos a seca mais rigorosa dos últimos 50 anos, e o destino foi cruel em demonstrar quão importante é a conclusão dessa obra. Dentro dela apenas um detalhe: parece-me que os novos lotes excluíram o Exército de poder ter algum desses espaços. E o Exército foi um dos primeiros a terminar os primeiros lotes antigos. Então, foram licitados 16 lotes na transposição, nenhum deles do Exército, e a informação que tivemos do Grupamento de Engenharia do Exército é de que eles vão passar o ano 2014 absolutamente parados e ociosos, sem terem o que fazer, e poderiam estar prestando um grande serviço à Nação, colaborando com a conclusão da transposição do Rio São Francisco.



O último apelo é quanto à Transnordestina. Lá na nossa terra tem um ditado muito popular que diz que “pirão sendo pouco, o de casa primeiro”. Mas não é esse o caso. A Transnordestina tem importância extrema na competitividade da região e ela exclui a Paraíba. Ela ultrapassa praticamente todos os Estados da Federação e margeia a Paraíba fora das suas divisas. Nós não temos 1 centímetro de transposição dentro do nosso Estado. Tem várias propostas que nós já levamos em audiências públicas no Senado e aqui de um eixo que iria do Porto de Cabedelo até o eixo de Pernambuco, cortando basicamente João Pessoa e Campina Grande, que são os dois grandes centros.

O apelo que faço é esse. É o que já existe no projeto. Já foi emenda minha em medidas provisórias, que logicamente não era o tema adequado, mas foi mais uma ação política, para não excluir, Sra. Ministra, a Paraíba da Transposição, porque nós temos avançado muito, a Fiat está chegando lá na divisa e isso seria importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim Filho. V.Exa. foi quase econômico, foram 6 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Porque quando começou em 4 min 24 seg, já ia com 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, Professor Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sra. Ministra, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu acompanho tudo do Brasil e gosto de comparar. O que eu faço nesta Casa é comparar, para avaliar o nível de exclusão de uns e inclusão de outros, privilégio de uns e exclusão de outros.

Sra. Ministra, V.Exa. falou que o Nordeste tem crescido. Realmente tem crescido, mas a renda *per capita* não cresce. Sra. Ministra, há 70 anos, o (*ininteligível*) aferiu a renda *per capita*... Aliás, foi aferida a renda *per capita* do Brasil. Tem um estudo do (*ininteligível*) do Banco do Nordeste que diz que há 71 anos o Nordeste tinha 47% da renda *per capita* brasileira, hoje é 47%. E digo a V.Exa.: se não fossem os programas sociais de transferência de renda, seria 42%. Isso é benéfico. E por que às vezes a gente cresce e a renda não cresce? Porque nós



somos de uma região pobre em que o número de membros por família é maior do nas regiões ricas. Eu concordo com a senhora que tem ano que cresce. Mas com esta seca, Ministra, a senhora vai ver o efeito do crescimento do Nordeste. Vai ter um efeito negativo muito grande nesse crescimento acima da média nacional.

Ministra, eu acompanho também todas essas transferências constitucionais. Em 1988, o IPI representava 50% do Imposto de Renda. Em 1994, o IPI representou 68%, e foi caindo. Eu estou retroagindo para não achar que é culpa de um Governo. É uma culpa histórica. É da União. Então, a senhora sabe que, em 2011, chegou a 17% e no último decênio que os Prefeitos receberam chegou a 10%? E por que isso acontece? Porque a União só tem 42% desse imposto, e ele é regulatório. Em sendo regulatório, todos os incentivos recaem em cima do IPI.

Ora, a senhora não imagina o prejuízo dos Estados, se o IPI fosse mantido no percentual lá da época da Constituição, o que representariam essas transferências. Eram muito mais significativas do que elas representam hoje.

E agora, Ministro, em tudo quanto é desoneração, quem paga a conta é a União, os Estados e os Municípios porque recai em cima dos impostos compartilhados, na sua maioria, com algumas exceções. Eu faço exceção. O que acontece agora?

A desoneração da tarifa de energia elétrica, Ministro, foi uma coisa importante para o consumidor feita por um ente federado e paga pelos três. Os Estados dividem o ICMS com os Municípios. Existem Estados que vão perder mais de 1 bilhão este ano, como o Estado do Paraná, por exemplo. Mais de 1 bilhão!

Em relação à dívida dos Estados, Ministro, esse PLP 238 é a coisa mais importante dos Estados brasileiros. E não é para os Estados pobres, não. É para os Estados ricos porque os pobres conseguiram pagar. Com exceção de Alagoas, na maioria os pobres pagaram porque tiraram empréstimo com encargo menor, como o meu Estado, o Piauí, para pagar uma dívida com encargo maior.

Ora, a proposta de substituir pelo IPCA mais 4 limitada à taxa SELIC é a coisa mais racional que poderia ser feita neste País para aliviar exatamente o tanto quanto eles pagam e tiram do seu orçamento de investimento. Em relação à LDO, o Governo se protege. Tira o PAC e o Brasil Sem Miséria do superávit primário, mas não tira os Estados e Municípios. É 1% do PIB, o que vai dar 50 bilhões mais ou



menos. O PIB vai chegar em torno de 5. Cinquenta bi. Imagina o quanto eles vão sofrer.

Dê-me mais um minutinho, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concedido mais um minuto, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu estou medindo também. Já passou.

Ministra, a senhora falou e está aqui no relatório da senhora que o PAC I investiu, executou, até dezembro de 2010, 657,4 bilhões no Brasil. Eu não quero desconfiar nem subestimar a informação da senhora, mas, se fosse possível, Ministra, eu gostaria de ter um relatório de execução ano por ano, Estado por Estado, com a origem desse recurso para tirarmos algumas dúvidas que temos em nossas cabeças em relação ao montante executado, avaliando os números do Brasil.

Por fim, Ministra, o problema do orçamento impositivo — a senhora falou que é quase todo impositivo — sempre foi assim. O problema são os investimentos e, principalmente, aquilo que nós, do Congresso, colocamos no orçamento dentro de uma previsão legal, dentro de uma reestimativa de receita, em que sempre o que é contingenciado e disponibilizado é exatamente a parte que o Congresso Nacional acresce no orçamento.

Eu diria outras coisas, mas vou respeitar o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar, que ultrapassou só 1 minuto também. Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra à Ministra Miriam Belchior para que possa responder ao primeiro bloco de três Parlamentares. Com a palavra a Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Presidente.

Primeiro quero agradecer ao Senador Suplicy pela minha recomendação a respeito do trabalho desenvolvido. Com certeza, Senador, está entre as coisas que eu mais me orgulhei de ter feito nesses últimos 10 anos no Governo Federal, apesar de a minha participação ter sido limitada ao período de elaboração da proposta de junção dos programas de transferência de renda, junto com a Ana Fonseca, a Tereza Campello e muitos outros que o senhor já citou aqui.



Para ser bem rápida, como me solicitou o Presidente, em relação aos números aqui que o senhor disse que há alguns ajustes. O pessoal aqui me diz que esses números estão assim porque há um ajuste porque nós não tínhamos na PNAD, até 2004, a região Norte. Então foi feito um ajuste geral porque senão a gente compararia banana com laranja, sem a região Norte. Depois a PNAD passou a considerar região Norte. Mas eu vou pedir para verificar, de qualquer maneira, os números, como o senhor está me falando, mas há esse ajuste metodológico para poder comparar os diversos anos.

Eu me lembro bem... Na verdade, eu ainda estava na assessoria direta do Presidente Lula, eu só fui para a Casa Civil em 2014. Eu me lembro bem quando o Presidente Lula e o ex-Ministro José Dirceu me pediram para explicar o que nós estávamos pensando para o Bolsa Família — que não se chamava assim à época — e como isso se comunicaria com a renda básica de cidadania.

Como o senhor disse, naquela época era um passo importante a ser dado, e ele só se consolidou durante esses 10 anos. Eu acredito que as medidas que a nossa Presidenta Dilma Rousseff adotou, a partir do trabalho da Tereza Campello com o Brasil Carinhoso, são mais um passo nessa direção que o senhor coloca, exatamente por garantir a todo mundo uma renda mínima. Ainda com corte, é o possível neste momento, mas certamente já podemos começar. Como a Presidenta diz, é só o começo. Nós estamos começando um novo momento a partir dessa erradicação da extrema miséria.

Eu acredito que, da mesma maneira que conseguimos fazer o Bolsa Família, garantiremos essa renda mínima para um outro conjunto de famílias, especialmente as que têm crianças. Nós estamos indo na direção e na progressão prevista no seu projeto de lei que foi aprovado por este Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula.

Acho que nós estamos nessa linha. Certamente levo para o Governo a sugestão de criação de um grupo de trabalho a respeito de como pensamos os próximos passos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado.

Meus parabéns!

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Senador.



Deputado Efraim Filho, da Paraíba, que tem um monte de obras na vertente litorânea, que tem não só um número de obras importantes contra a seca, mas também pelo desenvolvimento do Estado, juntamente com o resto do Nordeste, em relação aos restos a pagar, ao RAP, eu estou supondo que o senhor está especialmente falando das transferências voluntárias em geral, especialmente das emendas parlamentares.

Quero lembrar que nós estabelecemos uma nova regra que dá, no mínimo, 1 ano e meio para uma obra ter o primeiro desembolso, o que nos parece um tempo até grande demais, mas um tempo que é realista para um executor, seja um Estado, seja um Município, possa executar um convênio com o Governo Federal.

Fizemos junto com isso uma nova portaria que rege as transferências voluntárias em que garantimos até determinado limite a antecipação do recurso na conta exatamente para equacionar outro problema apontado pelos Parlamentares e pelas associações de Municípios ao Governo Federal. Ao fazermos essa nova regulamentação equacionamos outro problema, que é o fluxo de recursos, para não termos obras paralisadas e para não haver problema de prestação de contas para os executores, Prefeitos ou Governadores de Estado.

Podemos discutir outros detalhes, mas eu diria ao senhor que nós temos uma regulação muito melhorada a partir de 2011, que garante o período de 1 ano e meio e muda a regra de execução para garantir que o recurso de fato flua para quem tem que executar essas obras. Parece-nos que isso está funcionando de maneira adequada. É uma regra clara para todo mundo, e não vislumbro, até este momento, razão para a gente mudar essa regra, que nos parece ter amadurecido bem em relação ao momento anterior, que, sim, tinha, digamos, uma instabilidade maior do que a que a gente tem hoje em função dessas mudanças que fizemos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ministra, o fato superveniente foram as eleições municipais, que realmente deixaram as administrações, algumas até com descontinuidade. Alguns Prefeitos só vieram tomar pé de muitas obras agora. Então, seria esse o argumento que nós traríamos ao conhecimento...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - É certo. Mas vamos lembrar que só as emendas de 2011 que "caíram" agora em junho, para dizer o nosso jargão mais direto aqui... Algumas foram, inclusive, no meio de 2011, o que dá, na verdade, 2



anos. Uma parte, que foi feita no final do ano, teria pelo menos 1 ano e meio. Podemos, como eu disse, aqui discutir, mas nós estamos achando que nós fizemos uma mudança que era importante, e ela tem funcionado bem nesses últimos anos.

Em relação à questão do abatimento do superávit, primeiro, nós estabelecemos o superávit no mesmo percentual do PIB, que é 3,1. O que nós temos é uma margem, que é a margem de abatimento, que pode ser, agora, ou de investimento, através do PAC, ou de desonerações. Dependendo de como vai a economia, o Governo usa ou não essa possibilidade de abatimento. Nós tivemos vários anos com essa possibilidade de abatimento e não usamos essa possibilidade de abatimento. Então, não nos parece... Pelo contrário. Até, o Presidente do Banco Central esteve nessa Comissão. O próprio Banco Central calcula essas possibilidades. Se não forem cumpridos os 3,1, se houver o abatimento, continua sendo cumprido o superávit. Mas, com o abatimento, mesmo assim, nós continuaríamos reduzindo a nossa dívida. Ou seja, a preocupação com a solidez fiscal não está afastada, em nenhum momento, das intenções do Governo.

Em relação a Estados e Municípios... Acho que o senhor falou também sobre isso...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É. A justificativa sobre a mudança referente aos Estados e Municípios.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Nós achamos que nós precisamos ter coerência na nossa política fiscal. Da mesma maneira que nós damos aos Estados, por exemplo, o PROINVEST, que está permitindo não lembro quanto na Paraíba... Mas, certamente, são centenas de milhões de reais. Eu não sei se chega ao bilhão. Eu não me lembro aqui agora quanto é o PROINVEST da Paraíba. Mas, para que o Estado possa usar isso, é necessário ter a possibilidade desse abatimento, porque senão também eles não poderiam executar. Ficariam amarrados para a execução desses investimentos. Aqui, o nosso foco é centrar no investimento ou na desoneração, o que é fundamental para aumentar a nossa competitividade, melhorar o ambiente de negócios e aumentar o crescimento do País.

Em relação à participação do Exército nas obras públicas, Deputado, eu acho que o Exército nos deu, especialmente no início do PAC — talvez até um pouquinho antes, quando estávamos começando a pensar que nós precisávamos fazer



investimentos em infraestrutura no País... Foi central. Os batalhões do Exército foram muito importantes. Começaram na BR-101 na Paraíba, que já está toda duplicada. Foi extremamente importante. A gente continua trabalhando com o Exército em uma série de obras. O que nós estamos é fazendo um ajuste para que isso se dê de maneira equilibrada também no tamanho das pernas, do que os nossos batalhões do Exército têm condição de fazer. Então, a despeito de não estar na continuidade das obras do São Francisco, o Exército continua fazendo parte do nosso leque de opções para garantir as obras que precisamos realizar.

Com relação à sua última questão, que é um ramal da Transnordestina passando pela Paraíba, o senhor sabe: nós temos um pacote de obras públicas do PAC. A Presidenta lançou um primeiro lote de 10 mil quilômetros de ferrovias — aqueles que foram considerados os mais estruturantes para o País. Eu tenho certeza de que nós não vamos parar por aí. Durante esse segundo semestre, esses leilões começarão a ir para a rua — tanto de rodovias e de ferrovias, quanto de portos

Eu tenho certeza de que nós não vamos parar por aí. Durante o segundo semestre esses leilões começaram a ser lançados: rodovias, ferrovias e portos. Acredito que o leilão dos portos possa sair até antes disso. Talvez num segundo lote a gente possa pensar em ramais complementares. Entre eles, certamente vamos analisar o caso da Paraíba e a sua importância estratégica regional, especialmente.

O Deputado Júlio Cesar centrou sua fala em comparações de renda, transferência de receita, impacto das desonerações.

Eu acho, Deputado, que nós precisamos pensar no País como um todo. E, para pensar nisso, nós precisamos estar juntos. E os senhores sabem aqui a dificuldade de se discutir reforma tributária. Há discussão aqui sobre o ICMS, sobre a dívida. Essas são discussões complementares, não são fáceis. Mais do que eu, os senhores sabem muito bem isso, porque vivem aqui esse clima acalorado de discussões, especialmente das discussões federativas. Mas acho que está no momento de o Brasil enfrentar essas questões.

Demos um salto muito grande nesses últimos 10 anos, com conquistas importantes de solidez fiscal, de melhor situação social do nosso povo, conseguimos melhorar muito a vida no Nordeste, não tudo o que a região precisa, mas o País



precisa dar um novo salto. Além desse salto, nós precisamos dar outro. E, para isso, o Brasil precisará enfrentar questões importantes como essas que o senhor colocou aqui — e parte delas está em discussão aqui no Congresso Nacional.

O senhor falou a respeito da LDO, se os Estados têm ou não o que fazer. Eu já respondi um pouco aqui. Quer dizer, nós precisamos garantir que os Estados façam também a sua parte em prol do crescimento econômico, fazendo os investimentos que a população de cada Estado precisa. Então, para nós não há problema em fazer essa alteração para garantir que os Estados também possam contribuir para o crescimento do País.

Em relação à execução do PAC, eu queria dizer ao senhor que nós fazemos relatório de 4 em 4 meses. Há um relatório físico e um relatório disponibilizado no Internet. Normalmente, nós mandamos a todos os Parlamentares um exemplar desses relatórios, mas, de qualquer maneira, reenviarei ao senhor o Relatório Final do PAC I. No dia 7 a gente deve fazer o próximo balanço do PAC. Eu mandarei ao senhor esse relatório atualizado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Deputado Danilo Forte, Relator, Sra. Ministra Miriam Belchior, Secretária de Orçamento, Célia Corrêa, Parlamentares, primeiramente, quero fazer aqui uma explanação.

A Ministra disse que 87% do Orçamento já é impositivo. Claro. Existe FPE, FMP, dívida pública, servidores, custeio da máquina. Nossas emendas não significam nem 2% desse Orçamento e são muito importantes para nós. Eu vou dar um exemplo. Eu destinei 150 mil reais para que fosse feita uma adequação na Feira de Alta Floresta — e fiz isso em alto e bom som, em 2009. Coloquei no Orçamento no final de 2009 para 2010. Em 2010, de 12 milhões, só liberaram 5 milhões. Esses 150 mil não foram liberados. Quer dizer, eu fiquei como mentiroso lá na minha cidade, lá na cidade de Alta Floresta, porque, em alto e bom som, eu fiz o compromisso, coloquei a emenda, mas não adianta eu levar lá o papel e dizer: *“Eu botei, não é culpa minha”*. *“Não! O Deputado Valtenir promete e não cumpre.”*



Então, isso é muito ruim para a classe política como um todo, não só para os Parlamentares. Por isso, o orçamento impositivo é de fundamental importância.

Não vejo nenhuma razão em declarar o orçamento impositivo como inconstitucional, porque trata-se de uma emenda constitucional que não fere a forma federativa, não tira o voto direto, secreto e universal, não fere os direitos fundamentais do cidadão e nem fere a separação dos Poderes. Então, nós estamos absolutamente tranquilos com relação à constitucionalidade da proposta de emenda à Constituição.

Sobre a questão da antiguidade do Orçamento, há várias ações aqui que acho importantes — caso o Orçamento, como aconteceu no ano passado, não seja aprovado a tempo e modo, até 22 de dezembro, sendo prorrogado para fevereiro ou março — como despesas obrigatórias, bolsa de estudo, ações de prevenção a desastres, financiamento a estudantes, formação de estoque público, aplicação mínima em saúde.

Sobre os investimentos do PAC e investimentos em empresas estatais, nesse caso, se ficar liberado, quer dizer praticamente 80% do Orçamento... Nem será preciso aprovar o Orçamento para 2014. Nós precisamos avaliar com muito carinho esses dois itens.

Em relação à Defensoria, eu queria parabenizar a Ministra. Há 40 novos defensores. Nós estivemos lá em reunião, e a senhora firmou o compromisso. Já estão sendo chamados 40 defensores. Aproveito a oportunidade para informar que o Ministro José Eduardo Cardozo mandou expediente pedindo para se chegar a 140. Esta aí para a senhora dar uma analisada com carinho.

Para finalizar, Ministro, quero passar em mãos a V.Exa. aqui um CD. Eu estive na gleba Suiá Missu, lá no Posto da Mata, onde houve a desintração. Pegaram famílias humildes, famílias carentes, e praticamente os jogaram na beira da estrada. E as Prefeituras, cinco Prefeituras, não estão tendo condições de atender às demandas dessas famílias. São famílias que estão nos barracões de igrejas, em centros comunitários, debaixo de lonas. Famílias que estavam há 20 anos, 30 anos, produzindo, mas de uma hora para outra tiveram que abandonar tudo, tiveram suas casas destruídas. Levei uma equipe lá para fazer esse levantamento, ouvir essas famílias.



A minha estratégia com este CD é fazer um requerimento para convocar três Ministros: a Ministra Tereza Campello, a Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, e o Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário. Para quê? Para que eles possam ir até lá ver a penúria dessas famílias, os problemas que estão enfrentando.

Uma senhora de mais de 70 anos — e a senhora vai poder observar aqui — chega até a se ajoelhar. Uma cena muito chocante, porque ela estava trabalhando, plantando, tirando o seu sustento. De repente, tiraram-na de lá. Chegaram a assentá-la em outro local, mas nesse lugar, na época das chuvas, tudo fica inundado. O seu barraco é invadido pelas águas, fica úmido, etc. Não deram a ela condições para retomar sua vida.

Então, gostaria de passar este CD às mãos de V.Exa. Peço ao Presidente que determine à Assessoria da Mesa a entrega deste CD à Ministra.

Eu gostaria, Ministra, como encaminhamento dessa questão da Suiá Missu, assim como naquela oportunidade em que eu falei com a senhora sobre a questão das hidrelétricas, que a senhora pudesse definir alguém da sua equipe para a gente começar esse diálogo dentro do Governo, para resolver essas questões com esses Prefeitos.

Então, essa é a minha participação. Agradeço a oportunidade, mesmo tendo exacerbado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Valtenir Pereira. V.Exa. não exacerbou o tempo, foi rígido aos 5 minutos concedidos.

Passo a palavra ao Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inegavelmente, o Governo tem conseguido resultados muito bons na criação de empregos, na inclusão social, na redução das taxas de juros, muito embora recentemente tenha aumentado a Taxa SELIC, até na infraestrutura tem conseguido avanços.

A senhora citou aqui medidas para acelerar o crescimento. Entre elas, redução da taxa de juros, desonerações, redução do *spread* bancário, manutenção do câmbio em patamar mais competitivo, e por aí vai.



Eu sei que o Ministério do Planejamento não tem muito a ver com a educação, mas sem educação não se planeja. Primeiro, é preciso educar o povo para que ele saiba planejar. E o Brasil não tem sido muito competente nessa área. Nós somos um País que está abaixo de países da América do Sul na quantidade de mestres, de doutores, de pessoas com segundo grau.

Há uma falta de vocação para ser professor. Isso vem sendo dito no País, enfim. Há também quem diga — e eu concordo — que não temos conseguido um crescimento melhor por falta de mão de obra qualificada. Ouvi notícia de que o Brasil precisa de 100 mil caminhoneiros e não há caminhoneiros para suprirem essas vagas.

Então, vendo aqui essa explanação de V.Exa., só ouvi falar de educação aqui duas vezes. Na parte final, que fala da antevigência do Orçamento, que fala em bolsa de estudo e financiamento ao estudante. Então, aqui passamos alguns meses debatendo o PNE, tentando aprová-lo. E foram aprovados os 10% do PIB para a educação. A Câmara aprovou, está no Senado, e eu não tenho visto muito empenho das Lideranças — e até políticas — para que a educação tenha esses recursos.

Então, eu gostaria de saber a opinião da senhora sobre esse tema e ver como o Governo pretende enfrentar esse grave problema da educação. O aprendizado em Matemática é uma calamidade; em Português, chega a 23% apenas dos que deveriam aprender o conteúdo da Língua. Essa é uma parte da minha indagação.

Em segundo lugar, faço aqui uma pergunta sobre o endividamento médio das famílias, que atingiu nível extraordinário de 44%. Ainda assim, diante desse quadro preocupante, o Governo se coloca favorável à política de expansão do crédito. Esse é o caminho mais perigoso, a nosso ver, para garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional, pois vem, comprovadamente, pressionando o nível de inflação e vive o risco constante de inadimplência, que aumentará ainda mais mediante a necessidade de elevação da taxa de juros básica, atitude que o Banco Central já acenou como caminho a ser trilhado.

Diante desse quadro, é certo que haverá frustração na arrecadação fiscal, e, conseqüentemente, trará desequilíbrio e provável não atingimento da meta de superávit primário, acarretando aumento do custo da dívida pública.



De todo exposto, assim sendo, como é que o Governo pretende manter os níveis de investimentos anunciados? O Governo não deveria estar incentivando a poupança e tomando medidas mais austeras para o incremento da poupança interna?

São essas as minhas colocações, a primeira voltada para a questão da educação, também lembrando que a desoneração deu resultados em anos anteriores, mas não vem conseguindo dar os mesmos resultados nos anos próximos. Isso vem penalizando os Municípios, os Estados, porque perdem receita, os Prefeitos e os Governadores não conseguem investir naquilo que deveriam investir. Com isso, o País deixa de crescer porque sem investimento, a nível de Prefeitos e Governadores, o Governo Federal também perde o PIB, deixa de crescer como deveria crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Severino Ninho. Passo a palavra agora ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente, Senador Lobão Filho; colega Deputado Danilo Forte, nosso Relator; Ministra, é um prazer enorme vê-la aqui. É a primeira vez que participo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e fico feliz aqui por isso. Saudações também à Célia, que a Secretária da Comissão.

Primeiro, quero fazer um registro que acho importante — aliás, foi feito muitas vezes, mas quero sublinhá-lo. A gente sempre escutava que era necessário que o Brasil crescesse e que, num dia, estando ele forte e crescido em sua economia faria distribuição de renda. Então, dissociava aquela ideia de crescer e num momento forte faria distribuição de renda.

Acho que a ideia fracassou e ficou exitosa a proposta trabalhada desde o ano do Presidente Lula; em seguida, agora, com a Presidenta Dilma, é necessário fazer a economia crescer, mas, enquanto ela cresce, precisa ser desconcentrada com programas de distribuição de renda.

Eu acredito que hoje o resultado do Brasil que cresce, do Brasil que tem emprego, do Brasil que cresce descentralizadamente das regiões, do País que tira as pessoas da extrema pobreza, inclusive incomoda alguns. O êxito do programa



Bolsa Família, neste período em que estamos nos aproximando de eleições, deixa as pessoas meio assustadas. É preciso desconstituir o programa Bolsa Família.

O Bolsa Família superou as expectativas. São mais de 24 milhões de pessoas que saíram da extrema miséria. Quatorze milhões de famílias brasileiras recebem o Bolsa Família. E diferente do que alguns que têm preconceito contra pobres pensam e dizem que o programa ajudaria, mas também manteria as pessoas na pobreza, o Governo “linkou” todos os programas, o Brasil Carinhoso, o Brasil Alfabetizado, os programas do PRONATEC, os programas da Saúde e da Educação fazendo a nossa felicidade aconteça não apenas quando entregamos às pessoas um cartão, mas quando as pessoas entregam esse cartão de volta. Aí reside a verdadeira felicidade quem faz gestão pública.

Eu quero sublinhar esse aspecto como bastante exitoso e que nos dá condições de podermos apresentar o Brasil do jeito que está hoje.

Em segundo lugar, eu quero refletir sobre o programa que o Governo lançou, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em mais de 4.800 mil Municípios no País com menos de 50 mil habitantes, e que distribui motoniveladoras, retroescavadeiras e caminhões-caçamba.

Ouvi muitos Prefeitos, Ministra, dizer que durante seus 4 ou 8 anos de governo não conseguira comprar uma “amarelinha” — é assim que o povo chama a tal “patrola”. Mas hoje o Governo está entregando essas máquinas sem pedir contrapartida.

O segredo desse programa, além de haver o recurso, é que as máquinas foram compradas da indústria nacional.

Eu quero sugerir que, e aqui vai uma reflexão positiva, o Governo ouse ainda mais na sua relação com os Municípios e com os Estados. O Governo poderia fazer compras para consórcios. O Governo poderia fazer compras... Poderia permitir aos Município se adequarem aos editais lançados. Uma “patrola” comprada individualmente custa mais de 600 mil, essas saíram por 380 mil.

Então poderíamos estudar sobre essa possibilidade. Acho que o Planejamento é o lugar certo para fazer com que mais compras como essas sejam feitas, permitindo aos Municípios adquirirem equipamentos que os estruturem, ajudando a população naquilo que precisa, como no caso de estradas, que são tão



necessárias no interior. E isso, ao mesmo tempo, irá aquecer ainda mais a indústria nacional. Portanto esse tema é importante.

Que possamos criar consórcios como, por exemplo, consórcio dos Municípios para usinas de asfalto. Hoje o custo do quilômetro do asfalto é mais que o dobro do que seria se os Municípios o comprassem de forma consorciada, financiada ou com disposição do Orçamento para a área. Então sugiro que nos aprofundemos mais nesse ponto, levando em consideração o êxito do programa.

Terceiro, o tal do “orçamento impositivo” que nós tanto falamos aqui. O problema é que nós não fomos eleitos para fazer orçamento. Quem foi eleito pelo povo brasileiro foi o Executivo, o Prefeito. O Vereador vai impor ao Prefeito um orçamento? É disso que estamos falando. Não estamos tratando aqui apenas do Orçamento da União, mas também dos Estados. Vários Deputados e Senadores aqui foram Perfeitos. V.Exas. querem agora que os Vereadores façam indicações orçamentárias, e que isso seja impositivo?

Eu acredito que essa não é a melhor democracia. Na República, nós temos o Executivo com essa função republicana e constitucional. O Parlamento, obviamente, vai avaliar, vai votar, mas isso é função do Executivo. E se isso serve como moeda de troca e fica, pejorativamente, colocado aos Parlamentares? Acredito que Parlamento é o grande responsável por essa pecha, quando ele, por exemplo, não vota, porque espera que determinada emenda seja liberada. Não dá pra jogar a culpa apenas para o Executivo. O Parlamentar também tem responsabilidade.

Portanto, como temos essa porcentagem já definida constitucionalmente, nós poderíamos e deveríamos avançar não no que se refere às emendas individuais, mas aos programas. Imaginem, eu vou fazer uma emenda para colocar uma “patrola” em um Município. Feliz daquele Município que me elegeu. O seu território, que é um voto distrital, ganhou uma “patrola”. O Governo está fornecendo “patrolas” para 4.800 mil Municípios. Olhem a diferença!

Então eu tenho que estar feliz por esses 4.800 mil Municípios e não porque eu garanti uma ponte ou uma emenda para um único lugar. É muito pequeno isso. Esse é o debate que nós temos que fazer.

Quero dizer, com toda a tranquilidade, que temos que dialogar com o Governo pela execução, acho que isso é correto, mas temos que cuidar para não



colocar previsões orçamentárias porque são previsões de receita, e como vamos fazer execução orçamentária fechada, é previsão de receita. Isso que é o Orçamento: uma previsão. Não posso fixar uma aplicação da despesa se não tenho uma previsão da receita.

Acho que temos que conversar bastante sobre esse tema, na Casa há comissões que estão debatendo isso, mas quero com isso manifestar minha opinião sobre esse ponto.

E por último, para não extrapolar meus cinco minutinhos. Já extrapolei. Posso ter mais trinta segundinhos?

Ouçoo muitos Prefeitos dizerem *“Não, mas o Governo fez desoneração, com o chapéu alheio, está prejudicando os Municípios e tal.”* O Governo fez essa desoneração para não ter empresas fechando no Município, para não ter filas de desempregados nas Prefeituras. É verdade, passa a ter um pouco menos de receita, mas não tem uma fila de desempregados na Prefeitura.

Era isso que acontecia em outras épocas. Fui Deputado Estadual por 14 anos e acompanhei várias situações em outros Governos em que os Municípios estavam quebrados, não tinha essa desoneração, e o Fundo dos Municípios não funcionava. Hoje tem desoneração, mas tem emprego, tem vida nos Municípios.

Temos que cuidar um pouco desse tema, me parece que é um argumento importante para defendermos, porque senão os Municípios acham que estão fazendo doação com o chapéu alheio, o que não é verdade, é um projeto de País que temos que debater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Passo a palavra a Ministra Miriam Belchior para que possa responder a esse bloco de Parlamentares.

Com a palavra a Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigado, Senador. Começo pelas observações do nosso querido Deputado Valtenir Pereira, do Mato Grosso.

Primeiro, vou pela ordem porque é onde terminou com o Deputado Bohn Gass, na questão do orçamento impositivo.



Nós temos uma avaliação que fere uma das cláusulas pétreas da Constituição, que é a separação de poderes. Mas essa, repito, é uma discussão, tem uma comissão, vão ser chamadas pessoas para debater, mas a nossa avaliação jurídica é essa.

Segundo, que eu acho mais importante, o que temos tentado fazer, Deputado Severinho Ninho, nesses últimos anos, é trabalhar de maneira mais equilibrada essa questão das emendas.

Mantivemos basicamente o mesmo patamar de empenho, aumentamos o patamar de pagamento das emendas, porque houve um tempo em que as emendas eram empenhadas e o nível de pagamento era baixíssimo. Nós mudamos as regras de repasse de recursos aos conveniados, ou seja, tem uma mudança, do meu ponto de vista, qualitativa importante no que se refere às emendas parlamentares. Acho que isso precisa ser visto no âmbito dessa discussão a respeito do orçamento impositivo, seja ele total, seja impositivo apenas para as emendas parlamentares.

Precisamos ver isso também em perspectiva com o Congresso Nacional. E só um dado que acho importante também todo mundo conhecer: só as emendas individuais, no limite cada Parlamentar, propostas aumentaram de 2002 para cá quatro vezes o que aumentou a receita administrada pelo Governo Federal. Esse é um elemento importante. Precisamos conversar a respeito dessa evolução das emendas individuais *versus* o aumento da receita.

Em relação à inteligência, que o senhor colocou, o que eu acho importante conversarmos aqui? Primeiro, é interesse do Governo, e suponho que seja do Congresso Nacional, aprovar o Orçamento antes de o novo ano iniciar. E o Governo tem trabalhado. Trabalhei com o Relator, Senador Jucá, de maneira muito próxima. A Comissão de Orçamento no ano passado funcionou muito bem, estava tudo prontinho para votar. Digamos que foi um fato extracongresso que acabou provocando a não possibilidade de votação do Orçamento antes do recesso parlamentar do fim do ano.

Então, ante vigência é só para essas ocasiões. E é do interesse do Governo ter o Orçamento aprovado.

E eu queria dizer aos senhores o seguinte: todo lugar que eu ouço ou leio é demonizando o custeio e a importância do investimento. E aí, na hora de definir a



ante vigência do Orçamento, eu garanto custeio e não garanto investimento. Parece-me uma incongruência. Se todo o mundo acha que o investimento que é importante, que custeio é desperdício, eu tenho restrições a essa visão, ressalvas, como diz o Deputado.

Eu acho que o Bolsa Família, na lógica orçamentária, é custeio. Estou longe de achar que ele é um desperdício. Outra coisa é o custeio administrativo, que a gente precisa cuidar e segurar o máximo que pode.

Então, se todo o mundo acha que o importante é o investimento, por que não há regra para execução do investimento, se o orçamento não for aprovado? Parece-me que é um equívoco. Todo o mundo acha que o investimento é o importante, só que ele não pode ser executado. Eu gostaria que isso fizesse parte do debate aqui da Comissão a esse respeito.

Quero lhe afiançar que eu, como Ministra do Planejamento, a Secretária Célia e a Presidenta da República temos o máximo interesse que o Orçamento seja votado por este Congresso e executado a partir dessa votação. Não temos nenhuma prática de postergar a votação do Orçamento; pelo contrário, queremos a votação do Orçamento.

Eu cumpri meu compromisso com todos os Parlamentares, inclusive além do que estava previsto no Orçamento. A gente conseguiu! Então, vamos por parte. Vamos cumprir o meu compromisso aqui e a gente analisa novas demandas adiante.

Em relação à região onde houve desintração, vou levar, o senhor já me deu aqui, o Ministro Gilberto acompanhou esse processo pessoalmente e acho que foi lá mais do que uma vez na região. Vou, então, fazer chegar às mãos desses Ministros que o senhor citou inclusive esse material.

O Deputado Severino Ninho, de Pernambuco, em relação à educação... Se não me engano, o Ministro Aloizio Mercadante esteve aqui recentemente debatendo essa questão. A questão da educação, para nossa Presidenta, é uma questão chave, o salto que o País precisa dar passa pela educação, é outra unanimidade que a gente não precisa se aprofundar, pelas razões que ela é tão estratégica. Agora, acho que esse Governo tem feito medidas importantes no que se refere a isso. Primeiro, revinculou, em 2010, os recursos da educação, uma conquista



importante. Tínhamos uma DRU que atingia os recursos da educação e isso foi revinculado, digamos assim. Temos uma regra de 18% das receitas dos impostos para educação. Em 2011, a Presidenta Dilma executou 19,4% e, em 2012, 25,6%. Portanto, quase 40% a mais do que a regra constitucional determina. Então, acho que isso dá bem a importância que o Governo da Presidenta Dilma dá a esse tema.

O senhor sabe que esses 10%, claro, não são só federais e nem só públicos, mas, como disse o Ministro Mercadante, equivale a duas CPMFs. Não estamos no momento de aumentar a carga tributária. Todo o nosso esforço é de reduzir a carga tributária para garantir a competitividade do País.

Então, eu acredito que precisamos... A Presidenta mandou para cá uma proposta para vincular esses recursos aos *royalties* de petróleo, que nos parece a fonte possível e não nova de recursos para garantir esse recursos para a educação. Então, eu acredito que a posição do Governo está clara a respeito da importância desse tema e de como garantir recursos para que isso possa acontecer.

Outro ponto é uma avaliação mais global que V.Exa. faz a respeito do crédito, enfim das medidas adotadas na economia.

Temos convicção do que estamos fazendo. Entendemos que devemos desonerar sim. Acreditamos que precisamos garantir o crédito para as famílias, mas especialmente para o investimento. O nosso crédito habitacional, por exemplo, cresceu espetacularmente nesses últimos 1º anos, mas está muito abaixo de qualquer nível internacional.

Com a renda crescente e com os juros caindo para um patamar muito mais próximo dos níveis internacionais, o crédito se torna seguro. Temos um sistema bancário muito mais sólido do que vimos nesses últimos anos pelo mundo afora.

Portanto, os níveis de inadimplência estão bastante instáveis. Então, isso não nos preocupa. Acreditamos que essa é uma alavanca importante para o nosso desenvolvimento, tanto para o crédito individual, quanto, mais especialmente, para o crédito para investimento para o País seguir crescendo.

Até a poupança mais tradicional tem batido recordes de depósitos meses, exatamente alavancando a poupança do País, bem mais a individual.

Nós temos convicção da importância das desonerações. Como disse aqui o Sr. Deputado Bohn Gass, temos de ter aqui uma visão de País em que todos



precisam participar dessa visão de País e fazer essa discussão federativa, que considero muito importante pela forma como conseguimos dar os passos que o País precisa com o maior equilíbrio possível entre os 3 entes federados.

Sr. Deputado Bohn Gass, agradeço a V.Exa. as observações a respeito das conquistas dos últimos 10 anos, inclusive as suas observações em relação ao orçamento impositivo e as desonerações e dizer que sua proposta de analisarmos outras possibilidades é o que estamos fazendo. Vemos nisso uma oportunidade importante de alavancar especialmente os pequenos municípios. Sei que essa é uma decisão soberana do Congresso, mas acho que seria um retrocesso se voltássemos atrás na decisão de restringir a criação de novos municípios. Uma parte substancial deles sem receita suficiente. A criação de novos municípios não vai ajudar nessa situação.

Desculpem-me o parêntese, mas sinto-me na obrigação de falar a esse respeito.

Estamos todos aqui. V.Exa. tem razão. Foi uma medida bastante importante essa de fornecer equipamentos aos municípios, especialmente os menores. Isso junta vários aspectos: ajuda o município; garante melhor manutenção das estradas vicinais, a maior parte das vezes para fazer a distribuição da produção e, ao mesmo tempo, alavancando a indústria nacional.

Boa parte daqueles número que mencionei dos bens de capital têm a ver com essas encomendas do governo que fizemos durante o ano passado que estão mostrando seu resultado neste momento.

Nesse sentido, o Sr. Olavo, da SAF, que lida exatamente com isso. Inclusive, brincamos dizendo que ele é o “Presidente do Sindicato dos Prefeitos” trouxe para nós a proposta das usinas de asfalto. Então, estamos analisando outras iniciativas no caso da área da seca no Nordeste. Além dos 3 equipamentos que V.Exa. abordou. Estamos colocando outros equipamentos para permitir pequenas barragens, para que os prefeitos mesmo possam executar esse tipo de intervenção para ajudar a enfrentarmos a situação de seca. Muita obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Sra. Ministra.

No último bloco, passo a palavra ao Sr. Deputado Florence.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente Lobão, Sra. Ministra Míriam, Relator da LDO Deputado Danilo Forte, Secretária Célia. Rapidamente alguns dos temas que eu pretendia tratar, obviamente já foram tratados, mas gostaria de registrar que não foi exatamente uma Faixa de Gaza. Foi uma disputa política com recursos ao Regimento da nossa parte e, parcialmente, uma derrota que pretendemos reverter num futuro próximo.

Conseguimos aprovar o relatório do Deputado Berzoini, retirando a obrigação legal do Governo Federal de assumir a parte dos Estados e Municípios com relação ao cumprimento superávit fiscal entendemos o superávit primário, entendemos que isso é fundamental. Inclusive, V.Exa. já visitou o tema agora, trazendo mais argumentos a favor da posição.

E, com relação às emendas Parlamentares impositivas, na forma da emenda apresentadas pelo Deputado e ex-Governador, Esperidião Amin, ela se refere a emendas aprovadas no Congresso. Então, estão ali contidas as emendas individuais, as emendas de Comissão, as emendas de bancada, num Orçamento que é autorizativo como um todo e que depende da frustração ou do incremento da realização da receita prevista.

Então, estamos falando de alguns bilhões e que, da nossa parte, é um debate que precisa ser visitado com alternativas, porque obviamente é do conhecimento de V.Exa. que aqui na Câmara e no Senado ele tem encontrado bastante audiência. E uma alternativa aprovada sem a mediação pode trazer imprecisões ainda mais graves. Esse é o fato.

Nós da bancada do PT temos tomado a posição de muita cautela neste ponto. Aqui, hoje, como foi notório, jogamos para não dar *quorum*, abrimos pedido de verificação de *quorum*. Perdemos, dentro das regras democráticas desta Comissão Mista, mas vamos continuar a fazer esse debate.

Ministra, com relação aos outros temas, como eu disse, V.Exa. já tratou de quase todos eles, mas gostaria de visitá-los, talvez, sob outra ótica.

A partir do primeiro PPA do Presidente Lula, apresentamos ao País, inclusive, num primeiro momento, com bastante, digamos assim, expectativa do que seria essa experiência nova de um governo democrático e popular, de coalizão para



governar, fizemos um preparo participativo e apontamos a concertação do Estado e um novo modelo de desenvolvimento.

Continuamos a trabalhar, digamos assim, com o tripé clássico da economia, temos flexibilizado com responsabilidade fiscal, controlando a inflação, mas garantindo o desenvolvimento e a distribuição de renda e uma alteração da matriz proprietária, trazendo a economia solidária. Boa lembrança fez o Senador Suplicy. E hoje nós temos uma performance das cooperativas em todas as áreas, das cooperativas de crédito, das cooperativas de produção, das agroindústrias, que é uma perspectiva alvissareira de um outro modelo também de distribuição de renda, para além da transferência de renda. E o Brasil Sem Miséria e o Brasil Carinhoso são de importância fundamental.

Então, trouxemos o planejamento para o centro do debate nacional e, aí, a minha provocação para ouvir sua formulação é: ponto um. Recentemente, encontramos o Estado de outro tamanho, com outras atribuições, outra natureza, e recuperamos o papel do Estado em muitas instâncias. É óbvio, isso depende da situação macroeconômica mundial, da situação macroeconômica nacional, da correlação de forças políticas da sociedade. Mas o fato é que retomamos o investimento na educação, recuperamos carreiras, ampliamos a presença do Estado em algumas áreas para garantir inclusive, com gastos, é verdade, incremento de custeio, porque há investimento em infraestrutura que demanda novo custeio, há serviços públicos demandam novos custeios, custeios na área social, inclusive. Acho que esse debate sobre custeio e investimento é também um debate importante na linha do novo modelo de desenvolvimento.

A minha pergunta vai na área da gestão. Recentemente vimos a Secretária de Planejamento de Minas Gerais, com grande repercussão na imprensa, dizer que o Governo Federal não inovou nada na experiência petista, quando, na nossa ótica, é o inverso. É o Estado mínimo, a redução do tamanho do Estado com as chamadas carreiras típicas do Estado, que contribuiu com a estagnação econômica e com o aumento da pobreza. Então, aquele modelo do choque de gestão, do Estado mínimo, é um modelo derrotado. Entretanto, nós não temos tido a repercussão na imprensa, digamos, das inovações em carreira, em estrutura de Estado, da inovação



do modelo de gestão da experiência do Presidente Governo Lula e da Presidenta Dilma. Gostaria de ouvir a sua reflexão sobre isso.

O segundo ponto sobre o qual gostaria de ouvir também a reflexão de V.Exa. diz respeito à política de conteúdo local. Nós encontramos um FINAME e o incrementamos. De alguma forma, encontramos o conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, e o incrementamos, abrimos já com sucesso evidente na área do PAC. Eu vivenciei a dificuldade, com sua liderança, ali nas máquinas do MDA, e foi necessária uma medida provisória, porque perdemos no Judiciário. Quer dizer, não é fácil construir uma política de desenvolvimento para o País; em um País democrático, obviamente, em muitas circunstâncias, o regramento não contribui. Por isso, a importância daquela medida provisória trazendo para as obras do PAC a política de controle. A verdade é que temos distintos instrumentos.

O controle local da cadeia de petróleo e gás é prerrogativa exclusiva da ANP, que trabalha com o conceito de valor total do bloco licitado. No Brasil Maior, incluímos a política como incentivo fiscal, na medida em que as empresas montadoras incorporem novas tecnologias. No PAC também...

Sim, a minha provocação é: será que não está bem próxima a demanda de que nós tenhamos critérios mais sobre coordenação centralizada no Governo Federal da política nacional de conteúdo local, inclusive, para podermos distribuir na área da microeletrônica, da eletrônica, da engenharia, e não trabalhar apenas com valores totais de processos licitatórios, mas também identificando áreas setorializadas que são estratégicas para o desenvolvimento do País?

São essas minhas perguntas e minha intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Florence.

Passo a palavra agora ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Senadores, nobre Relator, caro colega conterrâneo no nosso Ceará, Danilo, nossa Ministra Miriam, é importante a presença da Ministra na Comissão para nós elucidarmos algumas dúvidas, esclarecermos alguns posicionamentos, termos clareza do que está acontecendo no nosso País e do que o Parlamento pode aperfeiçoar.



É claro que essa peça orçamentária, a partir da LDO, por prerrogativa regimental, nós temos condições de aprimorá-la. Mas nos causam algumas preocupações. Primeiro, é comum, no plenário, dizer que não há inflação, que os alimentos não estão subindo. E há também o mesmo discurso de que houve a desoneração da cesta básica. Quer dizer, vai para um caminho e entra em outro.

V.Exa. apresentou o controle da inflação. Muito bem, por controle da inflação subentende-se que não está havendo inflação, que está sob controle. E nos causa surpresa no gráfico apresentado do IPCA, que tem os dados oficiais: o IPCA, 6.49 e o IPCA, sem o choque de alimento, 4.7. Se a minha matemática não estiver correta, nem aqui as estatísticas, 40% representam alimentos. Então, é uma inflação altíssima. Alguma coisa está acontecendo no gráfico ou realmente a população está começando a não ter acesso aos alimentos.

E abro um parêntese rápido: é importante até já se falar em reajuste do Bolsa Família. E abrindo também um parêntese rápido, nós temos de analisar essa questão do Bolsa Família.

Isso, porque, na sexta-feira, eu ia de Fortaleza para Maranguape, minha cidade, e o carro forte levava dinheiro para as agências da Caixa Econômica. Como, se foi uma coisa surpresa, como, rapidamente, os bancos tiveram milhões e milhões de reais para atender a população? Como, na minha Maranguape, a casa lotérica estava recebendo dinheiro para pagar o Programa Bolsa Família, se não havia nada previsto? Alguma coisa está errada, além dos aviões no ar, está havendo alguma coisa. E a contradição do Presidente da Caixa Econômica de dizer que não, que não sei o quê, e agora reconhecer que foi um erro. E o mais grave é o Governo dizer que é coisa da oposição.

Então, vamos entrar com uma PFC na Comissão de Fiscalização e Controle para derrubar esse discurso de que o negócio do Bolsa Família é a oposição.

Hoje, se eu for à Caixa e quiser tirar 5 mil reais, 10 mil reais, tenho de fazer uma previsão. Como as agências lotéricas, as agências da Caixa... Que previsão foi essa que ninguém chegou lá e não tinha dinheiro, estava o dinheiro todo lá, em 12 Estados? Então, é um assunto que não é desta audiência, mas fica ressaltado nesta observação.



Então, primeiro, questão da inflação. Segundo, é claro que nós precisamos aperfeiçoar, avançar e inovar. E a Ministra apresenta que as inovações, o aperfeiçoamento da LDO elimina alguns artigos de duplicidade e Lei de Acesso à Informação. Quanto mais informações, melhor para a democracia, para o processo democrático, para quem quer saber as informações. Por que simplificar as informações? Então, é o aperfeiçoamento que o Deputado Danilo vai colocar aqui, para nós discutirmos por que diminuir Lei de Acesso à Informação com simplificação.

A mesma coisa é esse decreto que regulamenta os valores de referência dos custos globais da obra. Ora, o próprio Governo diz que é o discurso global da obra por decreto. Então, é como se eu fosse normatizar a minha fiscalização. Eu acho que isso seria matéria de projeto de lei complementar para nós estabelecermos esse parâmetro. Quer dizer, o Governo diz que vai construir um estádio por valor "x", por tanto. Muito bem, então, o próprio Governo está dando uma planilha que o próprio Governo está normatizando por decreto. Então, é uma observação da apresentação de V.Exa. da qual precisaríamos de um esclarecimento.

Agora, o Deputado Danilo, o nobre Senador e nós integrantes da Comissão, nunca antes, vamos ter um Orçamento bem simplificado: é só aprovarmos o art. 52. Não vamos ficar aqui sábado, de madrugada adentro, não nos vamos estressar no debate. Vamos aprovar o art. 52, e está dispensada praticamente a Comissão. Por que? Porque 88% está aqui. Desculpem o termo, o resto é resto.

Então, se nós aprovarmos o 52, queria fazer esta nossa observação, nós acabamos. As meninas não vão ficar aqui de madrugada, emenda, destaque, essa fila grande aqui, porque é solicitado que efetivamente, se não aprovarmos o Orçamento, ele possa ser utilizado, como se essa fosse uma prática do Governo, pela edição das medidas provisórias, de executar aquilo que não foi autorizado e executado.

A MP 598, de 2012, dos 65 bilhões que foram editados na MP, aprovados porque não foi aprovado no Orçamento, houve um pífio desempenho de 6% e, mais ainda, 1% pago. Então, não se justifica dizer: não, se não aprovarmos o Orçamento, nós precisamos para investir, porque a execução oficial aqui demonstra que o discurso pode ser, mas a realidade é outra.



A mesma coisa, nós precisamos, o Deputado Danilo e a Comissão precisam analisar, sobre toda essa movimentação de edição de medida provisória dos restos a pagar, sem estar especificada a demonstração da utilização, como também a classificação nas despesas do PAC. Isso porque observamos que há para nós da Comissão como também um termo de movimentação e acompanhamento financeiro, todos esses restos a pagar são feitos, são escritos e reclassificados sem ter o devido amparo nos programas.

Então, o nobre Deputado Danilo, como Relator, vai ter e vamos tentar pactuar. E não se pode justificar nada nesta Casa de que a Oposição que não quer votar, pois o Governo tem mais de 400 Parlamentares da base. Assim como, neste momento, parabenizamos o Governo, que, após dez anos, reconheceu que é necessário fazer as concessões de infraestrutura. Foram 10 anos para poder o Governo oficializar as privatizações. Muda o nome: privatização. Os celulares foram tão criticada naquela época do Fernando Henrique, mas se formos contar os celulares aqui, eu tenho dois, outro tem três, outro tem quatro, outro tem cinco. Mas nós passamos 10 anos por gargalo.

Hoje, não, hoje chega uma lâmina, está aqui, programa de concessões de infraestrutura: tantos bilhões em 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. Dez anos. O gargalo hoje da nossa infraestrutura na CNI, na CNA, nos Municípios, é a falta desse reconhecimento, de dar à mão à palmatória, desculpem o termo, de que as PPPs são fundamentais para o desenvolvimento do País.

Por último, Sr. Presidente, teríamos muitos mais outros assuntos, mas o Deputado Danilo tem já uma vivência de Parlamento e, apesar de ser um novo Parlamentar, mas tem uma vivência política no nosso Estado. Precisamos ter clareza do municipalismo. Fui Prefeito, tenho lá as bases no Município, discordo do nosso amigo, Deputado Bonh Gas, esse grande Parlamentar, de que as coisas no Município não estão essas coisas todas. Nós estamos desonerando 44 bilhões.

A nossa Ministra diz o seguinte: desoneramos 44 bilhões. É como se todos batessem palmas. Mas os 44 bilhões estão levando os Municípios a não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão fazendo os Municípios não cumprirem sua folha de pagamento. Esses 44 bilhões estão gerando caos nos Municípios, e não existe nenhuma Lei Kandir como antigamente, pelo menos, como pessoa



aproximadamente. Ou esse Presidente Lula até ainda contemporizou, tal, junto com a CNM, mas não poderemos jamais ficar todo o tempo com essa cortesia com o chapéu alheio, para que possamos normatizar.

E, em termos de Nordeste, é claro que as perfuratrizes, as motoniveladoras, as pás mecânicas, as cassambas são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Mas, o que nós precisamos, nobre Senador, são de perfuratrizes, para buscarmos água no subsolo.

Então, fazemos um apelo aqui mais uma vez, de que vamos fazer um programa urgente para fortalecer os órgãos do Nordeste, o DNOCS, e tal, e fazê-los liberarem perfuratrizes para nós buscarmos essas águas no subsolo, para garantirmos a sobrevivência não só do rebanho, mas do nosso povo nordestino.

Então, eram essas nossas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Passo, finalmente, a palavra para encerrar o número de inscritos ao Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sra. Ministra, meu caro amigo, Deputado Danilo Forte, nosso Relator da LDO, quero inicialmente, elogiar com absoluta sinceridade a exposição da Ministra Miriam Belchior, porque ela nos permitiu ter um panorama da trajetória e da sociedade brasileiras durante esta última década, esses últimos 10 anos.

De fato, houve algo extraordinário na economia brasileira, houve crescimento e, simultaneamente ao crescimento, distribuição de renda do ponto de vista social e do ponto de vista regional também. O Brasil todo cresceu, mas o Nordeste cresceu mais do que a média brasileira. E isso faz a diferença. E não cresceu só com o Bolsa Família, cresceu com investimentos em infraestrutura, investimentos em atividades industriais, ou seja, cresceu com qualidade no seu processo de desenvolvimento.

Isso faz com que a Nação brasileira seja admirada não só pelos brasileiros, que estão mais orgulhosos, que elevaram sua autoestima — acho que isso é muito



importante, pois o povo brasileiro anda de cabeça erguida, com orgulho de ser brasileiro — e faz com que o Brasil seja respeitado também internacionalmente. Como mostrou nossa Ministra, o Brasil está entre os países prioritários para investimentos dos grandes grupos internacionais.

Isso não é por acaso; muito trabalho, mas muita compreensão da natureza do nosso povo e de suas necessidades, que é o que marca a trajetória de um Governo de natureza popular e democrática em nosso País.

Isso permitiu que nós crescêssemos, mas sem nos descuidar dos aspectos fundamentais da economia. Ou seja, não há uma visão populista desse problema; há uma visão popular, sim, há uma visão de buscar mais igualdade, de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Mas é uma visão também de buscar estruturar o crescimento de tal maneira que ele se dê de forma sustentada e que esse processo de distribuição de renda seja contínuo.

Enfim, está a inflação que tentou subir, mas o Governo está atento a isso. O Banco Central está atento ao seu papel também como regulador do sistema financeiro, mas também, com desempenho importante na política monetária, exerceu e continua exercendo seu papel.

E tenho convicção de que, os dados têm mostrado, a inflação está novamente declinando, a componente dos alimentos efetivamente também declinando, o preço dos serviços, que é um dos fatores da inflação, também declinando. E o impacto da elevação do dólar em relação ao real, também já assimilado pela economia; ou, na verdade, foi a desvalorização real diante do dólar, o real passando a 2 reais. O dólar em torno disso melhora a nossa capacidade de exportar, enfim, se constituindo certo obstáculo a importações, o que também favorece a nossa economia.

Eu só chamo a atenção, Ministra, para o fato de que temos que estar muito vigilantes para essas mudanças estruturais que ocorrem no mundo. A China começou vendendo quinquilharias pelo mundo a preço de banana, hoje vende produtos com alto valor agregado, com tecnologia incorporada. Isso tem impacto no nosso parque industrial.

Por isso mesmo, essa questão que V.Exa. enfatizou do investimento maciço em educação, do investimento em formação técnica, do investimento em pesquisa e



desenvolvimento... O empresário brasileiro não tem tradição de investir em tecnologia e inovação. Essa cultura tem que ser construída.

Hoje a ciência está na universidade, nos centros de pesquisa. Ela tem que permear mais, envolver o nosso sistema produtivo, para que a nossa indústria tenha produtividade e capacidade de competição, até porque os salários reais estão crescendo e a forma de se continuar competitivo é melhorando a produtividade, verdadeiramente, não é arrochando salários, como querem os conservadores.

Então, eu chamo a atenção para a importância disso. E chamo a atenção para um elemento que me é muito caro. Quando falamos de infraestrutura, falamos de logística, falamos de energia, mas tendemos um pouco a deixar de lado telecomunicações.

Eu considero que banda larga é um dos desafios para que o Brasil ingresse verdadeiramente na sociedade do século XXI. Para isso, vamos precisar mexer nos atuais contratos de concessão, que não preveem a banda larga, são contratos para serviço de voz, feitos em 1998 e assinados mesmo no ano 2000.

Vamos precisar mudar isso, criar obrigações e colocar recursos públicos — eu tenho convicção —, para que levemos banda larga não apenas... Hoje o Brasil tem 100 milhões de acessos em banda larga — é um dos países que se destaca no mundo —, mas a qualidade do nosso serviço, a velocidade, enfim, a confiabilidade das nossas redes ainda deixa muito a desejar. Os usuários que o digam.

Se queremos levar computação em nuvem, levar serviço de saúde a distância, educação a distância, enfim, vamos precisar levar fibras óticas ou à casa das pessoas ou muito perto da casa das pessoas. Para isso, vamos precisar mesmo do Plano Nacional de Banda Larga II, como está sendo trabalhado, mas com muita qualidade.

Por fim, eu gostaria só de um pequeno comentário seu sobre algo que me atormenta há muito tempo — eu estive lá na ponta, executando —, o aumento da burocracia e da superposição dos organismos de controle. Eu sei que não é uma questão apenas do Poder Executivo, mas esse é um problema que assola a vida deste País. Muitas das reclamações de Parlamentares se dão por conta disso.

Quando vai analisar um investimento em infraestrutura urbana, o menino que trabalha na Caixa Econômica Federal treme, porque ele é ameaçado o tempo



inclusive de ser multado. *Costumam dizer: “É o meu CPF que está em jogo”*. É o que dizem os meninos, porque há um clima de terror.

Na universidade, o Prof. Pinguelli, está travando uma verdadeira batalha campal contra a CGU por conta de uma visão excessiva ortodoxa. E digo: aqueles que querem fazer o malfeito continuam querendo e continuam a praticar. Não é o exagero nos mecanismos de controle que vai assegurar que tenhamos mais ética, digamos assim, na execução pública.

Eu acho que temos que tratar desse tema com muito rigor — no Executivo, no Legislativo — e criar um marco regulatório mais leve sobre esses temas dos controles internos e externos de nossas instituições.

Por fim mesmo, eu quero falar um pouco sobre esse tema das emendas, o tema da Faixa de Gaza, que se disse, sugerir apenas um caminho conceitual para tentarmos construir um acordo.

Eu conversava com o nosso Senador Lobão Filho aqui antes de começar a sessão. O Parlamentar tem um lado nacional, o que o Deputado Bohn Gass diz, e tem um lado meio distrital também. Sim, nossos Parlamentares estão andando pelos Municípios e sabendo quais são as demandas da população e dos prefeitos também.

(Não identificado) - Principalmente dos pequenos Municípios.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Isso, que não têm acesso ao Governo Federal.

Eles são, sim, mediadores dessas demandas e podem ajudar a organizar. O que eu penso? Que nós deveríamos destinar, tal como no orçamento participativo, que V.Exa. conhece bem, Ministra, um percentual do investimento. Veja bem, não estou falando da despesa vinculada, estou falando do percentual do investimento, o gasto discricionário do Governo Federal. Estabeleceríamos um percentual desse investimento.

O Governo tem interesse em ampliar cada vez mais o investimento, quanto mais ele ampliar, mais também o percentual, o montante de recursos para serem distribuídos pelos Parlamentares.

Dois: ter um anexo que poderia vir na LDO, na própria Lei Orçamentária, que diga quais são os programas e ações que seriam objeto de alocação desses



recursos dos Parlamentares. *“Ah, eu quero colocar uma creche, uma educação infantil, que é uma questão estratégica, no Município de Cabrobó”*, como diz o Walter Pinheiro, lá, na Bahia, ou no Município de Varre-Sai, do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro. Programa Saúde da Família, alguns investimentos de turismo, temas relativos à infraestrutura urbana como um todo, saneamento, que poderiam ser elencados, que fazem parte das ações estratégicas do Governo poderiam ser elencados para que os Parlamentares criteriosamente alocassem recursos nesses programas.

E sim, por fim diríamos o seguinte: para não trabalhar com o conceito, porque eu acho que o conceito de Orçamento impositivo ou ele é todo impositivo, como o Orçamento americano, aí se vai dizer como é que ele é executado e em que condições que ele não será executado também, há todo um conceito... O nosso é autorizativo, o americano é impositivo, embora a diferença entre os dois não seja tão rigorosa. Porque quando se diz que é impositivo, é impositivo mas não muito, porque, evidentemente, o Presidente, o Executivo tem a sua flexibilidade para não executar diante da não realização da receita prevista, de uma situação inesperada, como um ato de terrorismo, o que quer que seja, enfim. O Executivo tem de ter flexibilidade para poder executar o Orçamento, mesmo quando ele é impositivo. Ou mesmo quando, enfim, não se conseguiu licenciamento ambiental para fazer tal projeto. E agora? Sou obrigado a executar, apesar de haver uma restrição dessa natureza? Enfim. Então, essas coisas têm que ser previstas.

Eu preveria, sim, uma ideia sobre o contingenciamento. Diria que com essas regras, um percentual do investimento, um rol de programas e ações, em que os Parlamentares colocariam seus investimentos...E, por fim, diria o seguinte: o contingenciamento seguirá a média do contingenciamento do Governo, de tal maneira que se possa garantir também que haja uma execução, na média, das emendas individuais, semelhante ao que foi executado por todo o investimento, talvez na média do contingenciamento do investimento. Enfim, isso aí a gente teria que discutir o como fazer. Mas a gente definiria alguma regra de contingenciamento e descontingenciamento que seria... Com isso eu acho que a gente trabalharia pelos dois lados, quer dizer, o lado do Executivo...Estou colocando só conceitos, e não regras já perfeitamente definidas para a gente refletir, porque eu acho que se a



gente coloca a emenda lá, isso vai gerar um... Sem uma discussão, sem um diálogo com o Executivo, isso vai gerar problema lá na frente para a gente.

(Não identificado) - É isso o que nós estamos falando (*ininteligível*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bittar, agradeço-lhe. A liberalidade com o tempo foi em função da paciência de V. Exa. em ser o último indagante.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, está perdoado.

E só para regular aqui o tema com a Ministra, eu gostaria de expor a ela o fato que ocorreu antes desta audiência pública. Houve aqui a discussão e a votação do relatório do Deputado Berzoini; não houve grande discussão. E aí, nós entramos numa discussão com um destaque, uma emenda do Deputado Esperidião Amin. Essa emenda afirmava, em linhas gerais, que as emendas parlamentares só poderiam ser contingenciadas pela média do que o Governo contingenciou as outras verbas orçamentárias. Então, não haveria mais aquela situação de contingenciar 10% do Orçamento federal e 90% das emendas parlamentares. Teria que ser a mesma média. Foi aprovada na Câmara pelo bloco de Parlamentares aqui presentes, foi aprovada, e perdeu no bloco do Senado por pouco, em função, inclusive, da pouca frequência dos Senadores aqui. Acredito que se houvesse mais Senadores, provavelmente teria sido aprovada também.

Eu, particularmente, acredito que esse tema deve ser, realmente, mais aprofundado na Comissão que foi criada para discutir esse tema. Mas eu passaria à nossa querida Ministra o ânimo presente no Congresso Nacional como um todo. E ficou muito patente aqui o que alguns de nossos Deputados chamaram de Faixa de Gaza, porque o clima, realmente, ficou acirrado hoje de manhã, aqui, em relação a esse tema. É um tema presente (*risos*). É um tema presente (*risos*), e o Governo deve olhar com muito bons olhos esse tema, porque eu acho que, realmente, chegou a hora da discussão, de ser resolver esse assunto.

Então, passo a palavra à Ministra, para que possa concluir sua exposição respondendo às indagações, agradecendo a presença aqui do Deputado João Arruda, da Deputada Fátima Bezerra, do Deputado Luciano Castro e da Deputada Luciana Santos, que se fazem presentes ao final desta audiência. Muito obrigado.



Passo a palavra à Ministra do Planejamento.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Presidente.

Começo aqui conversando como meu companheiro de Governo, no início do Governo da Presidenta Dilma, o Deputado Afonso Florence, com quem tivemos momentos muitos produtivos de trabalho, ele no MDA, eu, no Ministério do Planejamento, não é? Eu queria aqui me centrar, depois eu faço um fala geral sobre o Orçamento impositivo, que está nas várias falas, que eu acho que é mais tranquilo para mim.

Eu acho que são duas questões que o senhor coloca aqui. A primeira é a questão da gestão, não é? Eu acredito que quem fez o Bolsa Família, quem acabou com filas no atendimento do INSS, para pegar só dois exemplo, não precisa ficar na defensiva para dizer se fez ou não mudanças de gestão efetivas. A diferença é que a gente faz mudanças de gestão não olhando só o aspecto fiscal; a gente faz mudança de gestão para melhorar o desempenho do Estado brasileiro para o cidadão, seja em parceria com o setor privado, seja diretamente pelo setor público. Então, eu acho que essa é a diferença fundamental. Eu tive a oportunidade de dar uma entrevista a esse respeito aqui para o jornal *Valor*, que saiu num caderno na última sexta-feira, que eu acho que reflete muito do que o Governo já fez e do que o Governo está fazendo nessa área. A Presidenta Dilma criou a Câmara de Gestão, com a participação do Governo e de experientes executivos da iniciativa privada. Estamos fazendo, debruçando-nos sobre uma série de processos de prestação de serviços ao cidadão e às empresas, para simplificar a sua relação com o Governo Federal, e prestar serviços mais eficientes, não exigir do cidadão e das empresas aquilo que o Governo já tem. Estamos fazendo uma série de medidas de redução de custos administrativos, aqueles que, do nosso ponto de vista, precisam ser reduzidos, é um projeto conduzido, inclusive, pela Dra. Ceres, Esplanada Sustentável, para a redução desses custeios administrativos. Fizemos um trabalho já grande na folha de pagamento, onde identificamos uma série de problemas, estabelecemos novos mecanismos de rastrear eventuais fraudes, reduzimos o número de entradas manuais, automatizando para evitar problemas. Enfim, um conjunto de medidas para reduzir custeios administrativos. Nós reduzimos, — deixem-me até pegar aqui, para não falar errado o número — passagens e diárias, o



valor executado em 2012 foi 40% menor do que 2010... O de 2011 foi 40% menor do que o de 2010, valores reais. E, em 2012, ainda 30% menor do que em 2010. Isso mostra... Estamos equipando os Ministérios com estações de videoconferência, porque uma série de coisas podem ser resolvidas dessa maneira, enfim, tomando as medidas necessárias. Mas essa economia está sendo gerada para ampliar serviços para a população brasileira.

E um terceiro eixo, que é o nosso eixo de governança, de fortalecer os sistemas de planejamento estratégico, e a identificação de processos internos dos Ministérios que precisam ser melhorados para melhorar os serviços, e processos que já são exemplares para serem adotados por outras instituições do Governo Federal. Por exemplo, o processo eletrônico, que já temos na Previdência e na Fazenda, que pode ser estendido para todos os outros Ministérios que não são tão parrudos quando esses dois Ministérios para desenvolver essas ferramentas. Então por que não levar esses instrumentos? Ou o exemplo, uma das questões mais importantes que estamos estruturando, que é uma central de compras federal para as compras de uso comum. Ou seja, esse Governo tem, sim, essa preocupação.

Eu agradeço muito a oportunidade de apresentar, mesmo que muito rapidamente, iniciativas que estamos fazendo nessa área.

A segunda questão que V.Exa. também levantou é um outro ponto extremamente importante para o País: o do conteúdo local. Acho que isso faz parte da nossa política de desenvolvimento. Ela começou no primeiro mês do Presidente Lula, digamos assim, com a criação do conteúdo local na cadeia petroquímica, que viabilizou esse número grande de estaleiros que estão sendo instalados no nosso País. Parte importante dos Parlamentares aqui tem um estaleiro novo ou, pelo menos, um estaleiro ampliado. O Brasil voltou a ser um dos maiores produtores de navios do mundo, e isso é fruto dessa política de conteúdo local, pensada, inclusive, como de desenvolvimento regional, com instalação nas regiões menos desenvolvidas do País.

Essa é uma questão importante. A gente vem avançando nesses últimos 10 anos a esse respeito, e isso não está criado por portaria, mas há, dentro do programa Brasil Maior, um grupo sobre a questão do conteúdo local para a gente



poder dar novos passos, para avançar em direções como essas que V.Exa. apontou aqui neste momento.

Deputado Raimundo Gomes de Matos, lá do Ceará, em relação às questões da LDO e da simplificação de informações, eu não sei se eu não me fiz entender ou — não me lembro — se V.Exa. já havia chegado quando eu fiz a apresentação, mas aqui se trata de nós termos uma lei permanente, que é a LAI, e a LDO, que muda todo ano. Parece-me que o Congresso já votou isso. Enquanto não havia a LAI, havia justificativa, do nosso ponto de vista, de estar na LDO. A partir do momento em que a gente tem a Lei de Acesso à Informação, não nos parece mais necessário manter isso na LDO, porque, digamos, ela estava fora da essência da LDO, mas, pela necessidade de informações, era colocada ali.

Do nosso ponto de vista, não há nenhuma subtração ao direito da informação. Pelo contrário, porque ele está garantido pela LAI, e o Governo Federal tem dado exemplo para todos os outros órgão do Poder Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário de boa aplicação desse tema.

No ano de entrada em vigor da LAI, o Governo Federal apresentou um relatório que mostra que nós temos trabalhado de maneira bastante positiva, não só respondendo, mas disponibilizando a informação para que as pessoas não precisem nem nos solicitá-la. Ela está lá disponível, e o meu Ministério, que é, se não me engano, o segundo ou terceiro em responder perguntas, disponibilizou um número grande de informações, a começar pela remuneração dos servidores, com a apresentação do nome, bem como a situação de chamada de concurso, enfim, todas aquelas informações que, como apareceram muito, nós disponibilizamos de maneira permanente na Internet para garantir a transparência das ações de Governo.

Em relação ao decreto de custo de obra, nós temos entendimento de que pode ser por decreto. Não há nenhum problema para os órgãos de controle fazerem os controles a respeito disso. E, como eu disse aqui, nos parece que isso dá maior estabilidade às regras do que uma lei que muda todo ano, como é o caso da LDO. É claro que podemos discutir, como também o Relator colocou aqui no início, sobre isso ser aprovado em uma outra lei e não na LDO.



Quanto à questão do orçamento, da antevigência, eu já disse aqui: o interesse do Governo é de que ele seja aprovado lá na semana... A gente quer ganhar de presente de Natal a aprovação do Orçamento pelo Congresso. Quero dizer-lhe que V.Exa. tem o meu compromisso de construir as condições para que isso aconteça de maneira que a gente não precise usar as regras de antevigência.

O senhor citou aqui mais três ou quatro questões as quais eu queria me referir. A primeira delas é relativa à questão da inflação. O gráfico que foi apresentado mostra a inflação que de fato aconteceu, mas é importante entender por que ela aconteceu, se é fruto da nossa própria economia ou se por acaso ela tem um componente externo. Isso é importante para entender a lógica do comportamento dos preços. E, neste caso, houve um choque externo, de alimentos, que, se não tivesse havido, ou seja, olhando a nossa economia, simplificando muito as coisas, nós estaríamos praticamente dentro do centro da meta. Agora, o que acho que é importante dizer é que a própria inflação no atacado de alimentos já está caindo há alguns meses, o IPCA-15 deste mês já refletiu isso no varejo, e todos os analistas, não só os do Governo, estão apontando para uma queda da inflação durante o ano de 2013 e também durante o ano de 2014.

Em relação à discussão sobre a desoneração, é uma discussão para mais do que uma resposta de alguns minutos, a questão do chapéu alheio e tudo mais, quero aqui me remeter de novo ao Deputado Bohn Gass. Nós estamos em um momento de discutir o nosso País. Discutir a competitividade do Brasil não é uma responsabilidade única do Governo Federal, é uma responsabilidade coletiva, e as Transferências Constitucionais e Legais, apesar de todas as desonerações que fizemos nesses últimos dois anos, permaneceram no mesmo patamar. Então não houve redução, mesmo com essa concentração de desonerações, as Transferências Constitucionais e Legais mantiveram a mesma participação em relação ao PIB.

Em relação ao seu cumprimento, em relação às concessões, quero dizer que, primeiro, já foram feitas concessões durante o período do Governo Lula. E quero aqui fazer uma distinção, que do meu ponto de vista é importante, entre privatização e concessões. Não vou ensinar o padre-nosso ao vigário, mas é muito diferente vender um apartamento e alugar um apartamento. O que nós estamos fazendo é alugar um apartamento, e não vender o patrimônio. E, mais ainda, estamos fazendo



isso com garantia de execução de investimentos novos nessas concessões e com modicidade tarifária, que são do nosso ponto de vista condições essenciais para fazer, digamos assim, de maneira melhor para o País, processos de parceria com o setor privado. E quero lembrar que PPP foi criada no mandato do Presidente Lula em 2004.

Por fim, em relação ao senhor, eu queria dizer que o Governo da Presidenta Dilma, mais do que isso, a própria Presidenta Dilma se antecipou de maneira bastante firme em relação às medidas a adotar para o enfrentamento da seca no Nordeste, que se equipara, no mínimo, às piores secas que o Nordeste já viveu. Eu sou paulista, mas todos os nordestinos me dizem isso. Ela já, em reunião lá em Sergipe, dos Governadores do Nordeste, antes de os Governadores virem com as demandas, ela já foi com um conjunto de medidas para discutir com os Governadores.

Nós já temos, entre o ano passado e este ano, 9 bilhões de reais para as diferentes medidas, todas elas emergenciais, seja carro-pipa, seja perfuratriz, seja cisterna, seja o Garantia Safra e o Bolsa Estiagem, enfim, seja a linha de crédito emergencial para as empresas diretamente afetadas pela seca.

A despeito disso tudo, ontem recebi o nosso Relator da LDO, Danilo Forte, lá no meu gabinete no Ministério, e ele dizia do que ele lembra que acontecia com seca e o momento de hoje. Se nós não tivéssemos essa rede social que foi criada nesses últimos 10 anos, as circunstâncias seriam muito mais difíceis.

As perfuratrizes já foram encomendadas. Perfuratrizes não são uma coisa que eu pego na prateleira do supermercado, são encomendas. O Governo já fez essas encomendas para disponibilizá-las para os Estados — não me lembro para o Ceará quantas são. Dada a gravidade da seca, adicionamos recursos para contratação de serviços, ou seja, para não termos que esperar as novas máquinas serem produzidas e poderem ter atuação imediata.

Essas são medidas de curto prazo que nós precisamos fazer agora, mas nós estamos fazendo também aquilo que pode de fato dar a garantia hídrica necessária para o Nordeste com obras estruturantes. São mais de 20 bilhões de reais em grandes obras estruturantes. No seu Estado, nós temos o Cinturão das Águas, a Barragem de Lontras, entre muitas outras, além do São Francisco, a Vertente



Litorânea da Paraíba, o Canal do Sertão Alagoano, enfim, um conjunto de obras estruturantes fundamentais para que cada vez menos uma coisa que acontecerá, o problema da seca e a convivência com o semiárido, seja feita de uma maneira menos dolorosa para todos os nordestinos.

Querido Deputado Jorge Bittar, que conheço de longa data — por isso é tão difícil chamá-lo de senhor —, eu acho que há questões que me parecem absolutamente relevantes. O que eu posso lhe dizer sobre o primeiro bloco, a sintonia com as mudanças do mundo, é que essa é uma preocupação permanente da nossa Presidenta. Ela coloca esses desafios para toda equipe de maneira bastante forte e nos provoca a apontar saídas. Ela estuda muito e lê bastante para construir, ela mesma, essas medidas que precisam ser adotadas.

No que se refere a telecomunicações, você tem razão. Essa questão não tem, dentro do PAC, a relevância que talvez mereça, mas a nossa Presidenta encomendou ao Ministro Paulo Bernardo uma proposta nessa direção, inclusive uma discussão sobre os novos contratos de concessão, como isso será feito, como garantiremos os investimentos do País nessa área. Assim como a educação é fundamental, se nós não tivermos avanços significativos na área de telecomunicações, também ficaremos para trás, não daremos os saltos necessários.

Por fim, agradeço, assim como o fiz ao Deputado Florence, a questão dos órgãos de controle. Eu acho que o Brasil está atualizando uma série de legislações. O Congresso acabou de aprovar a medida provisória em relação aos portos. Nós fizemos uma importantíssima atualização, no meu ponto de vista, da Lei de Licitações. Eu sei que foi criada, no Senado, uma Comissão para discutir a Lei nº 8.666, que está completando 20 anos.

Então, o RDC é um enorme avanço nessa direção. Eu acho que nós precisamos nos debruçar, sim, sobre a forma de fazer os controles, e não só sobre os órgãos de controle.

(Não identificado.) - O marco regulatório...

A SRA. MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Exatamente. Eu acho que nós estamos no momento. Avançou muito, no caso, a relação do TCU com o Governo. Acredito que ainda existe uma ou outra dificuldade, mas houve avanços significativos. Entretanto, também precisamos fazer disso um balanço e construir um



novo patamar de funcionamento, sob pena de o País não conseguir fazer obras importantes que precisam ser realizadas e tudo mais.

Acredito que essa foi uma discussão importante aqui na CMO. Na COI, a Comissão que analisa as obras, houve uma discussão acalorada, mas bastante importante sobre os limites do que é paralisar uma obra; do que é mais caro: paralisar uma obra ou tocar e continuar olhando os problemas que ela tem. Esse é um debate que o Governo tem o maior interesse de construir.

Por fim, só para fechar, destaco a questão que o Senador Lobão e os demais Senadores colocaram sobre o orçamento impositivo. Eu acho que é importante, primeiro, cautela. Acredito que aqui foram apresentados vários argumentos a favor e contra essa medida. Mais do que tudo é importante discutir, com bastante cuidado e sem pressão, não para postergar a decisão. Mas não podemos tomar a decisão de afogadilho porque é uma PEC, quer dizer, voltar atrás não é uma coisa simples de se fazer. Eu acho que qualquer emenda à Constituição, a despeito de acharmos que é inconstitucional, precisa ser feita de maneira pensada e com calma.

Eu queria fazer minhas as palavras do Senador Lobão, a despeito de não ser uma especialista em Parlamento — e desculpem-me opinar a respeito —, mas acho que cabe a discussão de qual é o espaço para se fazer a discussão: se a CMO, ou a se a Comissão Especial. A LDO é o espaço de legislar a respeito desse assunto.

Fica aqui essa reflexão a partir da observação do Senador Lobão. Os senhores não tenham dúvida de que o Governo tem absoluta clareza de como esse tema está sendo pautado no Congresso de maneira importante. Isso está absolutamente claro para o Governo, mas nós consideramos que seria importante uma discussão tranquila, mesmo que com ênfase, para debater todos os pontos favoráveis e contrários à adoção de qualquer que seja a opção que este Congresso adotar.

Queria aqui, de novo, agradecer à Mesa desta Comissão, especialmente ao Presidente Lobão e todos os Parlamentares que estiveram aqui do início ao fim, a participação nesta audiência. Posso vir antes, mas estarei de volta, com certeza, para entrega do Orçamento em 30 de agosto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado à Ministra Miriam Belchior.

Esta Comissão quer agradecer a esta brilhante técnica que segura, com mão de ferro, o Orçamento do Brasil, engenheira formada na Politécnica. O Governo deve, com certeza, muito do seu sucesso ao rigor que V.Exa. apresenta ao Orçamento.

Eu quero já marcar para a terça-feira, às 14h30min, a próxima reunião ordinária desta Comissão, inclusive com apresentação do relatório preliminar da LDO.

Tendo dito isso, encerro esta sessão.

Obrigado a todos.